



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 30 DE JULHO DE 2013

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)

SUMÁRIO

A Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projetos de lei n.ºs 439 e 440/XII (2.ª), dos projetos de resolução n.ºs 807 e 808/XII (2.ª) e da apreciação parlamentar n.º 57/XII (2.ª).

Na abertura do debate da moção de confiança n.º 1/XII (2.ª) — Ao XIX Governo Constitucional, interveio o Primeiro-Ministro (Pedro Passos Coelho), tendo-se seguido no uso da palavra, a diverso título, além daquele orador, os Deputados [António José Seguro](#) (PS), [Luís Montenegro](#) (PSD), [Nuno](#)

[Magalhães](#) (CDS-PP), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [João Semedo](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [Rui Jorge Santos](#) (PS), [Miguel Tiago](#) (PCP), [Ana Drago](#) (BE), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [António Braga](#) (PS) e [António Filipe](#) (PCP).

No encerramento do debate, interveio o Vice-Primeiro-Ministro (Paulo Portas), tendo, no final, sido aprovada a moção de confiança.

A Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 54 minutos.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, que cumprimento, Srs. Jornalistas, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 7 minutos.

Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as galerias, por favor.

Peço a todos os presentes o favor de tomarem os vossos lugares. Antes de darmos início à ordem do dia, que, como todos sabem, consiste no debate sobre a moção de confiança ao XIX Governo Constitucional, dou a palavra ao Sr. Secretário, Deputado Duarte Pacheco, para fazer o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pela Sr.^a Presidente, as seguintes iniciativas legislativas: projetos de lei n.^{os} 439/XII (2.^a) — Define regras de acesso à atividade de comunicação social (PS), que baixa à 12.^a Comissão, e 440/XII (2.^a) — Revoga a integração no regime geral de segurança social dos trabalhadores do IFAP, I.P., oriundos do IFADAP, que foram abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho para o Sector Bancário (ACT) e a desoneração daquele Instituto, através da sua transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA, I.P.), dos encargos com as pensões de reforma e de sobrevivência daqueles trabalhadores (Revoga o Decreto-Lei n.^o 30/2013, de 22 de fevereiro) (PCP), que baixa à 10.^a Comissão; projetos de resolução n.^{os} 807/XII (2.^a) — Recomenda ao Governo que proceda à modernização, eletrificação e reabertura do troço Covilhã-Guarda na Linha da Beira Baixa (Os Verdes) e 808/XII (2.^a) — Reclama a modernização e eletrificação da Linha do Minho (Os Verdes), que baixam à 6.^a Comissão; e apreciação parlamentar n.^o 57/XII (2.^a) — Relativa ao Decreto-Lei n.^o 96/2013, de 19 de julho, que estabelece o regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização, com recurso a espécies florestais, no território continental (PCP).

É tudo, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos dar início ao debate da moção de confiança n.^o 1/XII (2.^a) — Ao XIX Governo Constitucional.

Para informação de todos e, sobretudo, do grande público, informo que este debate tem a seguinte estrutura: a abertura é feita pelo Primeiro-Ministro, a que se segue uma ronda de pedidos de esclarecimento e depois uma ronda de intervenções. Os pedidos de esclarecimento têm a seguinte ordem: PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE e Os Verdes. Na primeira ronda, cada grupo parlamentar dispõe de 5 minutos para o primeiro pedido de esclarecimento. É, pois, esta a moldura do debate que agora vamos começar.

Lembro ainda que a Conferência de Líderes acordou que o Sr. Primeiro-Ministro responderá em conjunto à ronda de pedidos de esclarecimento que segue à sua intervenção.

Posto isto, Srs. Deputados, peço que tomem os vossos lugares e que se faça mais silêncio na Sala para dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para abrir o debate.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nos períodos em que ocorrem grandes mudanças, em que muitas reformas são feitas e mais mudanças ainda estão por vir impõe-se um momento em que reforçamos as nossas energias, reconcentramos os nossos esforços, confirmamos a nossa força e nos preparamos para um novo fôlego. Um novo fôlego depois de uma árdua e necessária caminhada.

Neste momento, queremos falar já do caminho que vamos percorrer com a mesma determinação e com a mesma coragem. Esta moção de confiança que o Governo submete à Assembleia da República soleniza esse ensejo e teria, portanto, de ser diferente das outras moções de confiança do passado. Teria de ser um apelo à confiança na segunda metade deste caminho que, como descrevi, foi, é e será difícil e necessário. Um apelo, não à confiança cega, mas à confiança democrática que se deposita num projeto político concreto, realista e promissor. Um apelo que obtenha do Parlamento uma resposta pela positiva e não pela negativa, como foram as rejeições das moções de censura.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em períodos como o que estamos a viver impõe-se um momento de clarificação. Agora, depois de se ter procedido a essa necessária clarificação, em que se tornou mais evidente para todos o que está verdadeiramente em causa para a vida dos portugueses e para o destino do nosso País, podemos atuar com confiança redobrada.

A Sr.^a **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Podemos atuar com confiança em nome de princípios, em nome de objetivos, em nome do nosso futuro coletivo. É a tudo isso que a moção de confiança do Governo se refere e é de tudo isso que eu quero falar aos portugueses.

Faltam 10 meses para terminarmos o Programa de Assistência. Serão 10 meses cheios de desafios e de escolhas difíceis. Mas não será, certamente, agora que iremos vacilar, quando dois terços do Programa foram cumpridos e uma idêntica proporção do nosso ajustamento económico e financeiro foi já conseguida. Não será, certamente, agora que iremos vacilar, quando crescem os sinais positivos na economia e que cada vez mais indicam que podemos estar muito próximos da inversão que todos os portugueses desejam.

Em 2011, recebemos um mandato dos portugueses para cumprir o Programa de Assistência, fechar esta crise e recuperar a nossa autonomia, e é isso que faremos na segunda metade da Legislatura.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Prosseguiremos o caminho da consolidação orçamental, da disciplina financeira, do reequilíbrio das contas externas, da confiança e da credibilidade; prosseguiremos o caminho das mudanças estruturais e do aumento da competitividade; e prosseguiremos o caminho de reforma do Estado, das PPP, das rendas excessivas e dos privilégios injustificados, que são injustos e ineficientes. Daremos sentido aos sacrifícios que foram pedidos aos portugueses, que querem pôr esta dura crise para trás das costas, mas que também querem um Estado e uma economia que nunca mais estejam sujeitos a um choque como o que sofremos em 2011.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sem termos percorrido este caminho, não teríamos condições de perspetivar um novo ciclo de investimento e de crescimento sustentado. Sem termos feito as escolhas difíceis que fizemos, não poderíamos agora estar a olhar para a frente, para o futuro pós-troica e para a abertura de um novo ciclo. Devemos olhar para o futuro, ultrapassando de uma vez por todas o imediatismo míope que em tantas ocasiões comprometeu as nossas possibilidades.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Devemos encarar o futuro em conjunto, com a consciência e humildade democráticas de quem sabe que outros governos virão, mas que se manterão muitas das restrições à sua atuação.

É por isso que é muito importante alargar a discussão democrática em torno dos grandes temas nacionais e ampliar o alcance da negociação política e social para que as naturais divergências de opções políticas não tenham de se traduzir na imprevisibilidade, na instabilidade, nem na delapidação das estruturas básicas de uma sociedade mais justa e mais próspera. Assim, queremos mais concertação com os partidos da oposição e com os parceiros sociais no âmbito dos exames regulares da troica, das reformas estruturais e do processo de regresso pleno ao financiamento de mercado.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Além da manutenção da disciplina orçamental e do reequilíbrio das contas externas, para a segunda parte da Legislatura o Governo define quatro grandes prioridades de ação.

Em primeiro lugar, o relançamento da economia. O programa de reformas estruturais executado nos últimos dois anos lançou as bases de uma economia renovada. É a partir dessa base que queremos tornar a economia mais aberta, mais democrática e participada por todos, mais apostada na produção de bens

transacionáveis, com uma base exportadora mais alargada. Investiremos numa economia geradora de mais e melhores empregos e mais atrativa para o investimento estrangeiro.

Neste sentido, executaremos a Estratégia de Crescimento e Fomento Industrial e daremos uma particular atenção à estruturação de um sistema abrangente de formação e qualificação profissional, à desburocratização e à remoção de obstáculos à iniciativa económica, à criação de um ambiente fiscal favorável ao investimento e à mobilização do novo Quadro Financeiro Plurianual para a competitividade.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Em concreto, levaremos a cabo, muito em breve, uma profunda reforma do IRC. Vale a pena ser ambicioso nesta matéria e procurar corresponder às recomendações da comissão de estudo que apontam, no cenário mais favorável, para uma redução da taxa de imposto para 17% até 2018.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas, se pensarmos além do horizonte temporal contemplado pela comissão, podemos ponderar reduções adicionais dessa taxa nos anos subsequentes a 2018. Se fixarmos esse horizonte de redução para 2020, que coincide, por exemplo, com o termo do próximo Quadro Financeiro Plurianual europeu, estou convencido de que poderemos ir bem mais longe do que a taxa referenciada de 17%.

Em conjunto com as restantes reformas, a redução da taxa de IRC poderá colocar Portugal numa posição mais central dos fluxos globais de investimento estrangeiro.

Além disso, fundaremos uma nova instituição financeira de desenvolvimento para mudar o paradigma de investimento dos fundos europeus, tornando-os muito mais eficazes na geração de riqueza e com bases concorrenciais mais transparentes. A instituição financeira de desenvolvimento terá a sua sede no Porto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Para as medidas de longo alcance, como a estratégia de simplificação e redução da taxa do IRC ou como a definição do Acordo de Parceria e a programação dos fundos estruturais dos próximos sete anos, convidamos o principal partido da oposição no sentido de trabalharmos em conjunto e de nos comprometermos a todos perante o País, com espírito de abertura e de cooperação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Não há razão para, em matérias como estas, não haver convergência de posições entre o Governo, os partidos da maioria parlamentar e o Partido Socialista.

Em segundo lugar, investiremos em mais coesão e mais mobilidade social. As políticas públicas serão dotadas de maior coordenação e eficácia para tornar a nossa sociedade mais justa e mais aberta às oportunidades para todos. Queremos que cada um, independentemente da sua origem familiar, socioeconómico ou territorial, tenha as oportunidades que merece para realizar o seu projeto de vida.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — São chamadas a um papel central neste domínio as políticas de investimento social, isto é, as políticas de emprego e formação profissional, educação, saúde e segurança social, assim como todas as políticas que tenham impacto na coesão territorial do País. E queremos discutir essas políticas com os parceiros sociais, com as instituições de solidariedade e com os cidadãos.

Em terceiro lugar, queremos mudar a relação do Estado com o cidadão e com o território. A afirmação de uma nova cultura de confiança e de responsabilidade, a par de uma política assumida e permanente de transparência e de acesso à informação pública, têm sido os alicerces de um compromisso mais geral, que

agora renovamos. O compromisso de substituir a lógica do Estado hierárquico, burocrático e opaco por uma cultura do Estado confiante na responsabilidade dos cidadãos, descentralizador e meritocrático.

Neste sentido, continuaremos a reforma dos licenciamentos, apostaremos na requalificação do capital humano da Administração Pública e na recompensa do seu mérito e pela assunção descomplexada entre a obrigação de garantir o acesso de todos aos bens de natureza pública e a sua prestação direta pelo Estado. O nosso compromisso por um Estado de proximidade será concretizado com o programa Aproximar. Trata-se de um programa de reorganização, descentralização e modernização administrativa. E queremos discuti-lo com toda a abertura com as autarquias e com os restantes atores envolvidos no processo.

À semelhança do que foi recentemente conseguido com o acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias sobre a Lei das Finanças Locais e sobre as Comunidades Intermunicipais, temos a certeza de que desse diálogo resultará uma reforma ao serviço dos cidadãos e do País cujos benefícios serão colhidos por muitos e muitos anos.

Em quarto lugar, exerceremos e aprofundaremos um poder inteligente na Europa e no mundo. Iremos capitalizar o reconhecimento que a nossa ação diplomática obteve nestes últimos dois anos. Temos a oportunidade histórica de tomar a dianteira no debate com a voz credível e conciliadora de diferentes pontos de vista que adquirimos.

Faremos as pontes necessárias para devolver união à Europa e, assim, avançar para uma maior consistência política, para mais solidariedade e coesão económica e para levar a cabo as reformas das instituições e políticas europeias.

Exerceremos esse poder inteligente, que o simples peso económico e demográfico nunca nos concederia, para derrubar as barreiras que foram erguidas durante a crise da zona euro.

Mas para isso temos de ser parceiros credíveis e confiáveis e temos de saber integrar as diferentes perspetivas sobre os nossos problemas comuns. Devemos, por isso, rejeitar as visões unilaterais e de curto prazo, que não servem os portugueses nem servem a Europa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Devemos, sim, abraçar uma visão política de conjunto, coerente e de futuro, para que Portugal cresça na Europa e para que a Europa cresça no mundo.

São estas, Sr.^a Presidente e Sr.^{as} e Srs. Deputados, as grandes linhas orientadoras que nos conduzirão nos próximos dois anos.

Elas são o coração da moção de confiança que hoje submetemos à Assembleia da República, mas queremos também que este compromisso renovado seja levado a todo o País e que esta moção seja um pacto de confiança com todos os portugueses.

Os portugueses estão unidos na ambição de um País mais justo e mais próspero, estão unidos na dedicação à nossa democracia e assim unidos iremos juntos enfrentar todos os obstáculos e todas as dificuldades.

Esta não é a hora de desistirmos do interesse do País por razões de conveniência pessoal ou partidária.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Da parte do Governo, não haverá nem palavras nem atos de desistência!

Esta é a hora de nos concentrarmos no que é essencial, com inteira disponibilidade para o diálogo e para a concertação para que quem vier depois de nós, Governo e oposição, possa dizer que fizemos tudo o que era necessário, tudo o que podia ser feito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

A Sr.^a **Presidente:** — Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro informou a Mesa que pretende responder individualmente a cada pedido de esclarecimento.

Creio que, na Conferência de Líderes, terá ficado em aberto — e peço que o Plenário mo confirme — o modo de debate nesta fase, sendo que inicialmente terei ficado com a ideia de que o Sr. Primeiro-Ministro

responderia em conjunto, mas, depois, como já referi, essa questão ficou em aberto, sendo que me parece que a resposta individual enriquece o debate.

Como creio que todos estão de acordo com esta metodologia, dou a palavra ao Sr. Deputado António José Seguro para pedir esclarecimentos.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o Primeiro-Ministro apresenta-se no Parlamento renunciando, mais uma vez, a olhar a realidade e a verdade do nosso País...

Vozes do PSD: — Oh...!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — ... «assegurando a solidez do Governo e da coligação».

Ninguém pode levar a sério essa afirmação e ninguém no País pode ficar tranquilo com essa afirmação.

Há 10 meses o mesmo Primeiro-Ministro assegurava o mesmo. Recordo um dos pontos do Conselho de Estado, realizado em 21 de setembro de 2012, onde se diz: «O Conselho de Estado foi igualmente informado de que foram ultrapassadas as dificuldades que poderiam afetar a solidez da coligação partidária que apoia o Governo.» Foi o que se viu!... Passaram nove meses para que este mesmo Governo, esta mesma coligação, tivesse criado uma crise política motivada pelas demissões dos dois ministros de Estado.

Como é que pode dar essa garantia a este Parlamento?

Aplausos do PS.

O Primeiro-Ministro pode garantir o que quiser, mas, do seu Governo, há que esperar o pior!

Como é que este Parlamento pode dar confiança a um Governo que não é um Governo de palavra? Como é que se pode ter confiança num Governo que tem um Primeiro-Ministro que promete uma coisa em campanha eleitoral e faz outra completamente diferente quando chega ao poder?

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Foi o senhor que disse que não haveria cortes nos 13.º e 14.º meses. Pois foi o senhor que fez esses cortes aos funcionários públicos!

Protestos da Deputada do PSD Conceição Bessa Ruão.

Foi o senhor que disse que ia cortar nas gorduras do Estado, mas foi o Primeiro-Ministro que aumentou os impostos e procedeu ao maior aumento de impostos em sede de IRS de que há memória na história da nossa democracia.

Protestos do PSD.

Como é que este Governo é confiável? Como é que se pode levar a sério este Governo, quando o Dr. Paulo Portas, líder do segundo partido da coligação, a três horas da tomada de posse da Ministra das Finanças, jura a pés juntos que tem de sair do Governo,...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Outra vez?!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — ... que essa é uma decisão irrevogável para, depois de horas de conversa com o Sr. Primeiro-Ministro, ter sido promovido de Ministro dos Negócios Estrangeiros a Vice-Primeiro-Ministro deste Governo?

Aplausos do PS.

Mais: como é possível que o Dr. Paulo Portas se sente no mesmo Conselho de Ministros com uma Ministra das Finanças que o próprio Dr. Paulo Portas disse que a sua escolha era o caminho da mera continuidade, quando, na mesma carta de demissão, diz que discordava da Ministra das Finanças?

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Bem perguntado!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Como é que o País pode levar a sério e confiar na palavra deste Governo, quando há uma Ministra das Finanças que mente numa comissão de inquérito neste Parlamento?

Aplausos do PS.

Protestos do PSD, batendo com os pés no chão.

A Sr.^a Dr.^a Maria Luís Albuquerque afirmou que, na transição de pastas, nada foi referido a respeito dos *swaps*.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — E é verdade! É verdade!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Pois bem, o ex-Ministro das Finanças e o ex-Secretário de Estado das Finanças dizem o contrário.

Protestos do PSD.

Mas não foram apenas eles.

Protestos do PSD.

O Sr. **António Braga** (PS): — Oiçam, oiçam! Ainda não ouviram tudo!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Dois ex-Diretores-Gerais do Tesouro, em sede de comissão de inquérito, disseram que era do conhecimento da Sr.^a Ministra das Finanças.

O Sr. **António Braga** (PS): — Exatamente!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — O Presidente do IGCP disse que era do conhecimento da Sr.^a Ministra das Finanças e, hoje mesmo, o Dr. Vítor Gaspar disse em comissão de inquérito...

Protestos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado António José Seguro, peço desculpa por interrompê-lo, mas há muito ruído na Sala.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — É natural!

Pausa.

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — E o Sr. Dr. Vítor Gaspar, hoje mesmo, em comissão de inquérito disse o seguinte, e passo a citar: «A ministra estava informada da existência dos *swaps*.»

Protestos do PSD.

A Sr.^a Secretária de Estado, como profissional experiente, estava de longa data informada da existência deste tipo de operações.

O Sr. **António Braga** (PS): — Exatamente!

Protestos do PSD.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, o senhor pode pedir a confiança que quiser, mas foi o seu ex-Ministro das Finanças que, numa carta de despedida, lhe disse que, em função do seu Governo e da sua política, o Governo já não tinha nem a credibilidade nem a confiança para continuar.

Ele agiu em consequência. O Sr. Primeiro-Ministro e os seus ministros continuam agarrados ao poder.

Protestos do PSD.

Por isso lhe digo com muita clareza: este Governo não merece a confiança deste Parlamento!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Este Governo perdeu a confiança dos portugueses!

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Muito bem!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — O melhor povo do mundo merece melhor Governo: um Governo confiável, um Governo que honra a sua palavra e um Governo que tem políticas para tirar Portugal da crise.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Primeiro-Ministro vem a este Parlamento pedir confiança a si próprio — é a melhor expressão da sua fragilidade.

Da parte do Partido Socialista, pode ter a certeza de que o Governo não é de confiança e votaremos contra a moção de confiança que apresenta a este Parlamento.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, o senhor sabe que o País tem passado estes dois anos por um processo de transformação que é verdadeiramente complexo, que comporta riscos sociais elevados e que desafia não apenas os portugueses mas todos os líderes políticos, todos os políticos de uma forma como eu não tenho memória de ter acontecido no passado.

Passámos estes dois anos, depois das eleições de 2011, que ocorreram após o pedido de auxílio externo realizado pelo Governo de Portugal então em funções, com a consciência clara de que precisávamos de resgatar a nossa soberania, de que precisávamos de fazer em três anos de Programa de Assistência a correção de diversas incorreções estratégicas que perduraram durante mais de uma dúzia de anos, enfim, de que precisávamos de fazer, nas piores condições, todas as reformas que não fizemos durante quase 15 anos, umas vezes por falta de coragem, outras vezes por falta de lucidez.

Sr. Deputado, estamos, hoje, com dois terços desse período cumprido, o de resgatar a nossa soberana, e está o Governo, que foi escolhido pelos portugueses para resgatar essa soberania, a metade do seu tempo de mandato legislativo.

Vim a este Parlamento pedir não uma confiança vaga e formal mas uma renovação da sua confiança em torno de orientações muito precisas sobre o nosso futuro.

Sr. Deputado, como foi possível que o líder do principal partido da oposição não tenha respondido ao apelo que lhe dirigi da tribuna, nem tenha dito nada ao País que interesse para aquilo que, nos próximos dois anos, temos que fazer?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Naturalmente, o Sr. Deputado, como já lhe referi uma vez no debate da moção de censura apresentada pelo Partido Ecologista «Os Verdes», usa o seu tempo como muito bem entende, como é evidente, mas, Sr. Deputado, aquilo que é importante e de que não desisto, é que possamos, mesmo nestas condições, que são difíceis, travar um diálogo que possa ser aproveitado da melhor maneira por todos os portugueses. E, por isso, Sr. Deputado, em vez de seguir aquela que foi a sua apreciação sobre esta crise que eclodiu, e relativamente à qual, com muita humildade, já aqui me referi em debates anteriores, prefiro concentrar-me a tratar do futuro, porque os portugueses sabem muito bem o que pensar daquilo que passou.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Desse ponto de vista, prefiro recentrar as questões que são importantes.

O Sr. Deputado concorda que é indispensável, para conseguirmos atrair mais investimento a Portugal, fazer uma reforma fiscal ao nível do IRC? Espero que sim.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Já respondi!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É importante que consigamos diminuir os custos de contexto, é importante que o Estado, no seu conjunto, possa funcionar como um Estado amigo do empreendedorismo e do investimento, a nossa sociedade tem de se tornar, ela mesma, uma sociedade mais aberta, que procure atrair parcerias e incentive o investimento externo, mas, para isso, também é importante ter um mínimo de competitividade fiscal.

Ora, durante o período que teremos de percorrer em consolidação de finanças públicas, para atingir aquilo que foi acordado em matéria de pacto europeu, e que o Partido Socialista também subscreveu aqui, na Assembleia da República, que é um défice estrutural não superior a 0,5% até 2017, não temos margem orçamental para acomodar uma reforma do IRC que possa entrar em vigor de um ano para o outro — é uma questão de realismo —, pelo que precisamos de a fazer durante vários anos. Não me parece mal o horizonte que foi fixado no relatório da comissão que apresentou o estudo solicitado pelo Governo, que é o ano de 2018, mas, uma vez que temos um horizonte até 2020, com um instrumento tão importante como o do quadro financeiro plurianual, em que o investimento em Portugal pode reanimar muito a economia, não me parece que seja desaconselhável fixar o mesmo horizonte de ancoragem para a reforma do IRC. E, se conseguirmos fixar o horizonte até 2020, poderemos ter uma taxa ainda mais favorável do que aquela que é defendida no relatório da comissão.

Espero que o Partido Socialista esteja disponível, na Assembleia da República, evidentemente, para podermos concertar essa estratégia, porque ela vai para além do horizonte desta Legislatura, mas é indispensável para a recuperação económica em Portugal. É este o papel que, julgo, independentemente das diferenças que nos separam, e são muitas, podemos assumir, dentro de um esforço de união, colocando o que é mais importante no centro do nosso diálogo e removendo desse centro aquilo que é acessório. E removo, desde já, Sr. Deputado, não, com certeza, por falta de consideração, tudo o que pudesse comentar a propósito do que está, nesta altura, a passar-se ao nível da comissão parlamentar de inquérito sobre os *swaps*. Mas quero reafirmar aqui, de forma muito categórica, que a Sr.^a Dr.^a Maria Luís Albuquerque, quer então, como

Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, quer hoje, como Ministra das Finanças, tem sido de uma competência exemplar a tratar de um problema que não gerámos, mas que iremos resolver.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isso é do ponto de vista dos banqueiros, não do do interesse nacional!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Do ponto de vista dos banqueiros, é, de facto, exemplar!

A Sr.ª **Presidente**: — O próximo pedido de esclarecimento é do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me um ponto prévio, muito rapidamente, para lhe dizer a si, ao Governo e a toda a Câmara que, na bancada do PSD, confiamos no trabalho de todos os Deputados — e não só dos Deputados do PSD, mas de todos os Deputados — que participam na comissão de inquérito que está a avaliar os contratos *swap*. E devo dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que alguém está no debate errado, porque vai decorrer hoje uma reunião dessa comissão de inquérito, onde a Ministra de Estado e das Finanças estará perante os Deputados, precisamente para esclarecer toda a situação que foi aqui descrita pelo Sr. Deputado António José Seguro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Nós não estamos aqui para isso, e não porque não tenhamos argumentos para participar nessa discussão e para reiterar que não houve, da parte de nenhum membro deste Governo, qualquer intervenção que possa consistir numa mentira ao Parlamento, mas esta moção de confiança e este debate são muito mais do que isso, Sr. Primeiro-Ministro.

Quero reafirmar aqui, em nome desta bancada e desta maioria, que, de facto, o Governo dispõe de condições de estabilidade e de coesão, bem como da confiança do Parlamento, para prosseguir o seu trabalho.

O Sr. **Paulo Batista Santos** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — E, desde logo, Sr. Primeiro-Ministro, porque a intervenção de V. Ex.ª tem o condão de se apresentar ao País com base na verdade e no realismo, condição, essa, fundamental para que o Governo disponha da confiança para poder implementar o seu Programa.

Sr. Primeiro-Ministro, há muitos intervenientes na nossa vida pública e política que gostam de olhar para os problemas e os contemplar. De resto, o País andou, durante anos, a contemplar os seus problemas.

A Sr.ª **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Os défices, que iam aumentando, o endividamento, que ia aumentando, o próprio desemprego, que, mesmo em anos de crescimento económico, ia aumentando, tiveram uma grande contemplação da parte de muitos agentes políticos que, hoje, estão exatamente como estavam na altura, a contemplar os problemas. Mas este Governo e esta maioria não estão aqui para contemplar os problemas, estão aqui para resolver os problemas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Foi por isso, Sr. Primeiro-Ministro, que se assinalou já aqui uma grande diferença entre a postura do Sr. Primeiro-Ministro e a do líder do principal partido da oposição. É que o Sr. Primeiro-Ministro trouxe soluções, prioridades para a agenda política do Governo nos próximos dois anos, neste novo ciclo desta Legislatura, ao invés daquilo que foi feito pelo principal partido da oposição.

O Sr. Primeiro-Ministro teve ocasião de dizer, e é verdade, que o Governo dispõe da confiança deste Parlamento e do País por aquilo que fez, mas, sobretudo, para aquilo que quer fazer.

A Sr.^a **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Nestes dois anos, Sr. Primeiro-Ministro, é verdade que conseguimos uma estabilização financeira das nossas finanças públicas, é verdade que conseguimos cumprir...

O Sr. **António Braga** (PS): — E aumentar o desemprego!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... e ter uma avaliação positiva desse cumprimento, tudo aquilo que eram compromissos que o Estado tinha assumido. E é verdade, Sr. Primeiro-Ministro, que tivemos alguma necessidade de nos adaptar às circunstâncias e ganhámos credibilidade por isso mesmo. Por isso, vimos as nossas metas do défice flexibilizadas, por isso, renegociámos os encargos com os juros, por isso, tivemos a extensão das maturidades dos nossos empréstimos.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, é curioso que, numa altura em que todo o País precisa de confiança, não tenha havido, do lado das intervenções da oposição, designadamente daquela que já foi aqui proferida, o reconhecimento de alguns resultados que já conhecemos e que induzem o País a confiar em si próprio. É ou não verdade, Sr. Primeiro-Ministro, que temos tido um crescimento sólido e sustentado das nossas exportações?! É ou não verdade que as previsões macroeconómicas para este e para o próximo ano apontam para uma inversão da trajetória económica?! É ou não verdade que, depois de 10 trimestres consecutivos em que o nosso Produto esteve a decair, o 2.º trimestre de 2013 revela já um aumento, Sr. Primeiro-Ministro?! É ou não verdade que estes sinais, estes resultados, com base numa política de verdade e realismo, que não esconde as dificuldades — de resto, o Sr. Primeiro-Ministro nunca escondeu nem as dificuldades internas do Governo e, também estas, não as contemplou, resolveu-as e, por isso, o Governo se apresenta aqui com esta coesão —,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... devem, no fundo, inspirar todos, todos os agentes políticos, os que estão nesta maioria, mas também os que estão na oposição, toda a sociedade e os parceiros sociais, para se poderem encarar os próximos dois anos, a segunda metade desta Legislatura, como o momento para conseguirmos retribuir à vida das pessoas o esforço e o sacrifício que fizeram nos primeiros dois anos desta Legislatura, Sr. Primeiro-Ministro?!

Estamos aqui, e com isto termino, Sr. Primeiro-Ministro, para preparar o que foi designado como o País pós-troica. O País pós-troica é o País que é capaz de se organizar, que é capaz de crescer, que é capaz de criar emprego, sem ter necessidade de se financiar através de fontes oficiais e de ajudas externas, Sr. Primeiro-Ministro. Estamos muito empenhados em preparar o País para isso. Como o Sr. Primeiro-Ministro disse, qualquer que seja o Governo, o mais importante é que o País tenha estes alicerces e não volte, no futuro, a necessitar de novas intervenções.

A Sr.^a **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Estamos verdadeiramente empenhados em ter um País pós-troica que seja mesmo isso, que nunca mais tenha troica, porque parece que há alguns que veem no pós-troica a pré-próxima troica,...

Aplausos do PSD.

... que são aqueles que vendem as facilidades que seriam o caminho para que, no futuro, voltássemos a ter necessidade de ajuda externa. Nós não fazemos parte dos que acreditam nesse caminho, nós acreditamos na capacidade dos portugueses, nós acreditamos que os sacrifícios e os esforços que fizemos nos últimos

dois anos começam, hoje, a dar resultados, mas é com as políticas e as propostas que aqui trouxe que poderemos verdadeiramente preparar o País para nunca mais termos de o submeter a esta humilhação, que é a de não termos capacidade para decidir o nosso futuro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Luís Montenegro, não posso estar mais de acordo em que o País já não tem tempo para contemplações.

Se, porventura, por medo de errar, por cálculo político ou outro fundamento, o Governo tivesse demorado a atuar desde o primeiro dia em que tomou posse, não estaríamos, hoje, em condições de poder começar a colher alguns frutos do caminho que já percorremos.

Recordo que foi o ex-Ministro Teixeira dos Santos que, sobre as perspetivas do novo ciclo que se abriu a seguir às eleições legislativas e sobre a execução do Memorando de Entendimento, que como Ministro das Finanças de então ajudou a negociar, disse que os membros deste Governo, a seguir à posse, não iam ter muito tempo para se sentar nas cadeiras, tinham de andar muito depressa, porque o primeiro exame regular ocorreria menos de um mês depois de tomarem posse.

E, realmente, foi isso que aconteceu, Sr. Deputado! Não foi possível perder tempo em contemplações, mesmo sabendo que, posteriormente, teríamos de fazer vários acertos na calibração do programa que tínhamos recebido, e foi isso que fizemos.

Os resultados que o Sr. Deputado apresentou decorrem não apenas da necessidade de calibrar ou recalibrar aspetos do programa inicial, mas também da necessidade de o ajustar à dinâmica da economia real que, entretanto, se desenvolveu.

A flexibilidade que fomos ganhando ao longo deste período teve duas âncoras. De um lado, a nossa obstinação em dizer que não poríamos em causa o cumprimento do Memorando. Nota-se hoje como foi relevante mostrar essa determinação para que se criasse um clima de confiança entre aqueles que representam os nossos credores oficiais e aqueles que representam o Estado portugueses.

A segunda âncora foi o esforço desenvolvido para levar tão longe quanto possível a reforma estrutural que estava implícita, ou seja, para mudar a estrutura económica de maneira a que não voltássemos a estar confrontados com os mesmos problemas. E, hoje, quando olhamos para alguns dos resultados que obtemos, ao nível da balança corrente, refletindo um teor de exportação do País e um grau de cobertura de importações muito diferentes daqueles que existiam há dois anos, quando olhamos para a redução do défice estrutural do Estado, percebemos que essa âncora foi determinante para que alguma flexibilidade, nomeadamente nas metas do programa no que toca à trajetória orçamental, pudessem ser alcançadas.

Recordo que, durante algum tempo, a oposição que, de uma maneira geral, tem sempre grande relutância em reconhecer os resultados positivos, desvalorizava o nosso perfil de taxas de juro dizendo que o Banco Central Europeu era o responsável por aquela trajetória, ou seja, não interessava muito se o Governo fizesse desta maneira ou de outra. O mérito daquilo que, para os portugueses, era importante para medir a nossa capacidade de regressar a mercado, que era a quebra das taxas de juro, não era nem da execução do Programa nem da forma determinada como o Governo se aplicava. Não! Isso devia-se ao Banco Central Europeu.

Ora, essa teoria caiu por terra.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Com a crise política deste Governo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A verdade é que, nas últimas semanas, os mercados, na iminência de que pudesse estar em causa a execução do Programa por falta de estabilidade política, nomeadamente com a possibilidade de ocorrência de eleições antecipadas, viram, evidentemente, as taxas de juros disparar. E, nessa altura, não houve um Deputado, nesta Câmara, da ala esquerda do Parlamento que viesse dizer: «Realmente, é verdade, nós precisamos ter um Governo determinado, um Governo convencido de que precisa

de executar aquele Memorando para ter como resultado a estabilidade financeira e a garantia de regresso a mercado».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado, a verdade é que o caminho que fizemos até aqui e que apresentou os resultados já positivos que podemos identificar não chega para oferecer um horizonte de esperança aos portugueses.

Tal como tenho dito muitas vezes, não há crescimento sem consolidação, mas também não há verdadeira consolidação sem crescimento. E não é possível gerar emprego sustentável sem ter um fundamento económico de uma economia renovada que possa gerar essas oportunidades de emprego. É sobre isso que, agora, nos centramos, porque não vamos aliviar os esforços de consolidação orçamental e da disciplina pública, vamos aprofundar a reforma do Estado, mas, evidentemente, porque agora isso já é possível, vamos concentrar-nos a transmitir ao País a força e a determinação, que também é necessária, para que a nossa economia possa conhecer uma trajetória de recuperação e para que possa, num perfil novo, oferecer aos portugueses a esperança não só de que fecharemos o Programa de Assistência Económica e Financeira como também levaremos a nossa economia a um nível de prosperidade, que não conseguimos no passado, nem quando tínhamos recursos financeiros abundantes para gastar mal, como gastámos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — O próximo pedido de esclarecimento é do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, dois anos decorridos sobre o pedido de ajuda externa e, conseqüentemente, dois anos de autonomia limitada, como, de resto, aqui disse, Portugal e os portugueses continuam a ter muitos e difíceis desafios pela frente.

Por um lado, proceder à necessária consolidação orçamental como única forma de regressar aos mercados e, com isso, podermos financiar diretamente e, financiando-nos diretamente, recuperar a plenitude da nossa liberdade orçamental e financeira.

Mas, como o Sr. Primeiro-Ministro também disse, é importante ter em atenção que precisamos de criar uma sociedade justa e equilibrada e, para isso, é necessário promover o crescimento económico.

Nessa perspetiva, há sinais — ténues, é certo — de que o clima económico pode estar a evoluir. Não obstante ainda não haver números oficiais, conclusivos e consolidados, a verdade é que o País olha com atenção para o facto de, por exemplo, este trimestre ter interrompido um ciclo de 900 dias, 10 trimestres consecutivos de recessão. E, certamente, Portugal e os portugueses olham com atenção esse facto.

Vozes do CDS-PP: — Exatamente!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Como olham com atenção para o facto de a produção industrial ter subido consistentemente nos últimos meses ou de as exportações este ano estarem acima do melhor ano de sempre, que até foi, Sr. Primeiro-Ministro, o ano anterior deste Governo, ou de, no 1.º semestre de 2013, já podermos ver que foram criadas mais empresas do que aquelas que, entretanto, encerraram.

Sr. Primeiro-Ministro, são sinais, mas são sinais que Portugal e os portugueses olham com atenção, por muito que muitos queiram que assim não tivesse acontecido.

Sr. Primeiro-Ministro, serve isto para dizer que se confirma aquilo que sempre dissemos, ou seja, que crescimento implica investimento, que investimento implica confiança e que confiança, a nosso ver, implica, entre outras coisas, competitividade no domínio fiscal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Obviamente, concordará comigo que para um investidor português ou internacional que tenha dois ou três destinos à escolha para proceder a esse investimento não é indiferente

saber a taxa de IRC a que estará sujeito. E, na verdade, uma taxa de 31,5%, já com todo o tipo de contribuições, não é uma taxa competitiva, diria até que é, de alguma forma, um exagero.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, gostaria de saudar o trabalho da Comissão para a Reforma do IRC, nomeadamente na pessoa do seu Presidente, o Dr. António Lobo Xavier, que, como bem perceberá, esta bancada bem conhece.

Vozes do PS: — Claro!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Em segundo lugar, queria dizer-lhe não em tom de pergunta, porque o Sr. Primeiro-Ministro já fez um apelo e não recebeu qualquer tipo de resposta, mas em tom de reforço do seu apelo, o seguinte: sabemos que, fruto das circunstâncias, a nossa margem de manobra é reduzida; sabemos também que, por isso, a proposta de redução do IRC é faseada no tempo, mas poderemos dizer a um investidor nacional ou estrangeiro que, durante um determinado espaço de tempo, a taxa de IRC vai baixar, anualmente, 2% não só não será indiferente como, certamente, tornará o nosso País mais atrativo para o investimento e, com esse investimento, serão criados e mantidos postos de trabalho.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Tanto mais assim será, como o Sr. Primeiro-Ministro bem sublinhou, se essa decisão for consistente, previsível, estável, diria até independente de qualquer tipo de calendário eleitoral.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Isso é bom para todas as empresas, das grandes às pequenas e médias empresas.

Por isso, baixar a taxa de IRC para todos, simplificar as obrigações declarativas e o regime fiscal das pequenas e médias empresas melhora o clima económico, o que deve merecer e ser objeto de um amplo entendimento, nomeadamente ao nível daqueles que exerceram funções governativas.

Sr. Primeiro-Ministro, pretendia fazer uma pergunta, mas, como o seu apelo ficou sem resposta, reitero um apelo, no sentido de que o Sr. Primeiro-Ministro possa reforçar a ideia de o Governo estar disponível — creio que está — para ouvir as propostas do maior partido da oposição e concertar posições, de modo a que os investidores, nacionais e estrangeiros, saibam que esta reforma vai ser estável e duradoura, independentemente do ciclo eleitoral.

É isto que devemos ao esforço que os portugueses estão, neste momento, a fazer, que fizeram e irão fazer e, por isso mesmo, devemos reforçar essa capacidade de consenso e de diálogo.

É este o apelo e o desafio que aqui quero deixar.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Nuno Magalhães, quero juntar aos sinais positivos que descreveu o facto de, também pela primeira vez, tanto quanto sei, o número de novas empresas criadas ter superado o das insolvências declaradas. É importante saber que, num tempo de *stress* financeiro pela restrição de crédito que foi imposta, existe, apesar de tudo, um número de novas empresas, de novos empreendedores que apostam no nosso mercado, seja a olhar para o mercado interno, seja a olhar para o mercado competitivo.

Quero dizer ao Sr. Deputado aquilo que julgo que sabe sobre a disponibilidade do Governo. Nós não temos, na nossa ação governativa, uma visão tecnocrata da política. Nós não olhamos de forma sectária para aquele que é o horizonte das políticas públicas. Temos um programa eleitoral — cada um dos partidos que

integra este Governo —, o Governo tem um Programa que concertou a partir dos programas eleitorais e esse Programa não está em causa.

Hoje, a moção de confiança que aqui apresento, como Primeiro-Ministro, não é uma moção que vise alterar o nosso Programa do Governo,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... é uma moção de confiança que pretende esclarecer, neste momento preciso que todos os portugueses entendem, a meio da Legislatura, aquelas que são as orientações mais relevantes que vamos seguir até ao fim da Legislatura. E, para que nos concentremos no essencial, nessas orientações, parece-me claro que, se queremos uma recuperação sustentada da economia, não podemos aliviar o esforço que temos vindo a fazer de disciplina financeira, mas estamos agora noutras circunstâncias, que não tivemos até aqui, para poder apostar numa recuperação económica que nos traga a sustentabilidade que não tivemos, pelo menos desde que ingressámos no euro.

Ora, dentro dessa recuperação que pretendemos, o fator fiscal é essencial e, sabendo que pode haver, nomeadamente no Partido Socialista, uma visão diferente das políticas públicas — é natural e saudável que assim seja —, julgo, no entanto, ser possível estabelecer um entendimento, o qual é, seguramente, desejável, quanto a um horizonte suficientemente largo para que o País (não este Governo em particular, mas o País) possa ter uma economia fiscalmente mais competitiva. Para esse efeito, não podemos deixar de acolher as propostas do Partido Socialista. Não quero, com isto, dizer que o Governo substituirá aquela que virá a ser a sua proposta pela proposta do Partido Socialista, evidentemente, mas é importante que exista disponibilidade de ambas as partes para chegar a um entendimento. Ora, chegaremos a um entendimento se fixarmos um horizonte suficientemente confortável para estabelecer quer uma redução da taxa, quer uma nova modalidade declarativa que permita aos investidores olhar para Portugal com outros olhos.

O convite que fiz aqui ao Partido Socialista e ao Secretário-Geral do Partido Socialista é reforçado. Não precisamos de nos reunir de forma reservada para poder chegar a um entendimento; podemos fazê-lo na Assembleia da República — aliás, é o local adequado para que se possa chegar a esse entendimento. Espero, sinceramente, que o País não saia defraudado nesse objetivo.

Mas, Sr. Deputado, aproveito ainda para reforçar que há outras matérias em que também é importante estabelecer entendimentos de longo prazo.

Há pouco, quando citava o Dr. Lobo Xavier, lembrei-me do Dr. Álvaro Santos Pereira,...

O Sr. **José Junqueiro (PS):** — Ele também se lembra de si!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... quando dizia que gostava que tivéssemos uma taxa de IRC de 10%. Não creio — e disse-o na altura — que esteja no nosso horizonte fazê-lo, mas não devemos desistir de lutar por metas ambiciosas.

O mesmo se diga no que se refere ao contrato de parceria com a União Europeia e o mesmo se diga no que se refere a um novo PREMAC (Plano de Redução e Melhoria da Administração Central), que leve ainda mais longe a reforma das estruturas públicas ao nível do Estado.

Ora, nessa matéria, o Governo também quer afirmar aqui a sua disponibilidade para um entendimento de longo prazo de modo a que não estejamos sempre a alterar estruturas da Administração, que elas possam perdurar para além dos ciclos políticos.

Gostaria que, nesta matéria essencial, o Partido Socialista estivesse disponível para uma leitura de entendimento quanto aos principais objetivos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente:** — O próximo pedido de esclarecimento é do PCP.

Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, tem a palavra.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, na recente moção de censura, o agora Vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas, afirmava, no encerramento do debate, que essa moção de censura se tinha transformado numa moção de confiança. Afinal, não era verdade. Enganou-se, mais uma vez.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Enganou-se!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Era preciso uma moção de confiança e, nesse sentido, como a expressão que, seguramente, conhece, «quem prova de mais, prova de menos».

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Tinham de mostrar, cá dentro e lá fora, que um Governo feito em cacos, uma maioria desconcertada, tinha de prosseguir, à viva força, a sua obra de demolição, conforme está escrito no pacto de agressão e conforme determinam os mandantes do costume.

Numa operação onde não se entendeu bem onde acabava o ridículo e a comédia para começar a tragédia,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... o Presidente da República, rompendo com os seus deveres e obrigações institucionais, tomou partido para salvar um Governo com alguns dos seus membros em fuga, em deserção e com muita confusão. Um Presidente da República que, num momento, datou a morte do Governo por um ano e, passado uma semana, afirmou que, afinal, o Governo tinha condições para prosseguir a sua ação até ao fim da Legislatura.

Valeu tudo! Valeu tudo para que o pacto de agressão seja levado até ao fim.

Sobre a remodelação, que é mais uma espécie de «remendação» governamental, que não resolve coisa nenhuma, não quero fazer juízo de valor sobre as sombras deste ou daquele Ministro agora afirmado, mas há uma coisa que é sabida, Sr. Primeiro-Ministro: uma figueira-brava nunca dá bons frutos,...

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... mesmo enxertada nunca dá bons frutos, porque na sua raiz, na sua seiva está uma política de destruição, de aumento da exploração e de empobrecimento dos portugueses.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Uma outra questão importante tem a ver com a afirmação feita pelo Sr. Primeiro-Ministro de que vai abrir-se um novo ciclo. Mas, como assim? Explique lá, Sr. Primeiro-Ministro, que novo ciclo é esse, quando aqui referiu como condição e obstinação fundamental prosseguir o pacto de agressão, que define uma política económica, social e financeira que constitui um espaltilho para a nossa economia e para a nossa independência.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Naturalmente, este Governo foi apapricado e protegido pelo Presidente da República, porque precisava de mais tempo. De mais tempo, como já se viu, logo no corte do subsídio de desemprego e de doença, no novo ataque aos direitos dos trabalhadores, em particular dos trabalhadores da Administração Pública, na continuação da alienação do património público por via das privatizações... Precisam de continuar essa política de destruição com este Governo.

Mas o Governo tem o tempo que tem, Sr. Primeiro-Ministro. Aliás, a proposta de Orçamento do Estado para 2014 vai mostrar a face crua dos objetivos deste Governo.

Por outro lado, essa coisa dos sinais... Sr. Primeiro-Ministro, estava a ouvi-lo e a lembrar-me de que, em 2012, quem não ouvia o Sr. Primeiro-Ministro dizer «vamos, em 2013, ter sinais positivos»?! Ora, 2013 é a desgraça que é! Agora vem 2014, possivelmente depois 2015, ou 2016... É sempre o amanhã que nunca chega, porque, de facto, não chegará, com esta política e com os objetivos que este Governo tem.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Aliás, não é este Governo que anuncia para o ano de 2014 mais recessão? Mais desemprego?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Mais cortes nos serviços públicos? Então, estamos a falar de quê?! Ah, mas dizem que os mercados têm mais confiança — sempre este espírito de servo perante esse «bezerro de ouro», que são os mercados, ou seja, os megabancos internacionais.

Sr. Primeiro-Ministro, não há um novo ciclo sem rutura e sem mudança, sem rutura com a política de direita e com a rejeição desse pacto de agressão, que tem infernizado a vida a milhões de portugueses.

Não há novo ciclo sem renegociação da dívida, enquanto tivermos força e possibilidade de o fazer, sem criar mais riqueza, distribuindo-a melhor, produzindo mais, sem devolver ao País o que é do País, as suas empresas e os seus recursos naturais que têm sido delapidados, sem devolver aos trabalhadores, aos reformados e aos pensionistas, aos pequenos e médios empresários aquilo que lhes foi roubado e confiscado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Não há novo ciclo sem serviços públicos de qualidade, sem soberania e sem independência nacional. Sem isto não há um novo ciclo!

O Sr. Primeiro-Ministro costuma dizer, quando estamos aqui no confronto, que o que nos separa é muito. Pois é, Sr. Primeiro-Ministro, e uma das coisas que eu gostaria aqui de sublinhar é que este Governo usa a chantagem, exercita a resignação, o conformismo e o medo para conseguir os seus objetivos.

Nós não abdicamos de dinamizar a esperança, a confiança da libertação de energias, de elevação de consciências com a convicção profunda de, dure o tempo que durar, o povo português e a sua luta acabarão por impor a vossa derrota e por encontrar o caminho do progresso e do desenvolvimento que desejamos para Portugal.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, o Sr. Deputado usou palavras bastante fortes...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E justas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para ilustrar a avaliação negativa que faz da prestação do Governo.

Como tenho reiterado nos nossos debates, respeito quem pensa de outra maneira. Mas, realmente, não pensamos da mesma maneira...

Vozes do PCP: — Ainda bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e não estamos de acordo quanto àquilo que devemos fazer.

Em qualquer caso, há uma coisa que quero dizer ao Sr. Deputado, sem com isso estar a comentar, seja de que forma for, o modo como o Sr. Presidente da República interveio dentro dos seus poderes constitucionais.

O Sr. **Bernardino Soares** (PC): — Até anunciou uma moção de confiança!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que quero dizer ao Sr. Deputado é que não creio que alguém tenha assinalado que, durante o tempo que vivemos, a Constituição não tenha sido respeitada.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Perante a degradação das instituições, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E isso, Sr. Deputado, é muito importante para que as pessoas sintam no sistema democrático a confiança necessária para poder distinguir o que são diferenças políticas e de opinião daquilo que são as regras pelas quais nos devemos conduzir.

E, Sr. Deputado, quando as regras da soberania democrática são respeitadas, podemos ter opiniões diferentes, mas não podemos colocar-nos à margem do sistema de regras que temos. Nós temo-las respeitado todos, em conjunto, e isso é importante anotar, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — As do Tribunal Constitucional não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O segundo aspeto, Sr. Deputado, tem a ver com a questão do espírito de servo.

Sr. Deputado, para que fique bem registado, ninguém neste Governo tem um espírito de servo, mas estamos muito determinados em mostrar que sabemos resolver os nossos problemas. É isso que estamos a fazer, não ignorando a realidade e as restrições, e isso tem envolvido escolhas que são muito difíceis — não tenho dúvidas disso, nós sentimo-lo.

Aliás, já referi mais do que uma vez, até dentro da própria maioria, que temos tido oportunidade de recentrar as nossas discussões em torno de problemas que são importantes, mas, Sr. Deputado, até hoje, temos conseguido ultrapassar essas divisões, essas divergências, essas diferenças de opinião. Porquê? Porque estamos convencidos de que, no essencial, o País não nos perdoaria se não nos soubéssemos colocar de acordo quanto àquilo que é essencial.

A Sr.^a **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E hoje o País não tem dúvidas de que, se falharmos no objetivo de cumprir o programa de assistência, o que nos espera é muito pior, Sr. Deputado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Essa é a realidade, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso, tenho manifestado, reiteradamente, a determinação para fecharmos esse período e podermos reganhar alguma da nossa autonomia e soberania para encontrar respostas melhores para futuro.

É isso que faremos, Sr. Deputado, sem chantagem, sem resignação e sem medo, mas com coragem e com esperança para Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, esta moção de confiança tem duas particularidades: a primeira é a de que é para a fotografia, pois dela não resultará nada de novo; em segundo lugar, é apresentada a pedido do Presidente da República.

Por estas duas particularidades, digo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que moção de confiança que não confia dissimula. E esse é, precisamente, o problema do Governo.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Há três razões para que não se possa confiar no Governo: primeira, é a sua composição; segunda, é a desgraça que semeou durante dois anos pelo País; terceira, é a desgraça que nos anuncia para os próximos tempos.

Relativamente à composição do Governo, vejamos: a Sr.^a Ministra das Finanças, a cada verdade que se conhece do caso dos *swaps*, recua para uma nova mentira; o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros esteve anos a fio sentado na podridão do caso BPN/SLN e nunca se lhe ouviu uma palavra ou um gesto.

A Sr.^a **Catarina Martins** (BE): — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Claro que ficamos a perceber que, para o PSD, o caso BPN/SLN é para esquecer, é para ignorar, é para branquear desde que, claro, os contribuintes continuem a pagar o buraco da fraude.

Aplausos do BE.

Na economia, como se remodelação fosse um jogo da glória, lá voltam as contrapartidas dos famosos submarinos à casa da partida, ou seja, ao Ministério onde hoje está um dirigente do CDS-PP do Dr. Paulo Portas.

E sobre o Dr. Paulo Portas, atual Vice-Primeiro-Ministro, que está sentado ao seu lado direito, que está em pleno ato de dissimulação, deixe-me que lhe diga, Sr. Primeiro-Ministro que, desta vez — pode acreditar que é a sério —, não há lugar a qualquer equívoco: trata-se de dissimulação política clara, e nenhum de nós tem dúvidas sobre isso.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe: como se pode confiar num Governo que tem ministros destes? Como se pode confiar neste Governo?

Durante dois anos, o Governo prometeu «mundos e fundos»: a dívida era para descer e subiu mais de 25 000 milhões de euros; a riqueza do País era para crescer e diminuiu quase 10 000 milhões de euros; há menos meio milhão de postos de trabalho, o desemprego bateu todas as marcas. Então, como se pode, Sr. Primeiro-Ministro, confiar neste Governo?

Um novo ciclo!? Um novo ciclo, desculpe que lhe diga, é uma ficção. É a velha austeridade! A única novidade não é para quem trabalha nem para quem vive do seu trabalho, esses continuarão a ser as vítimas da austeridade; a sua novidade é o paraíso fiscal que promete agora aos grandes grupos económicos e financeiros.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Essa é a novidade do novo ciclo, porque, de resto, Sr. Primeiro-Ministro, estes dois anos já deram para perceber — e é extraordinário que o Sr. Primeiro-Ministro ainda não tenha percebido — que o senhor tem de escolher ou austeridade ou crescimento económico, pois a austeridade mata a economia. O senhor não pode ter uma e a outra coisa. Escolha! Mude de política, porque com esta vamos ter todos os mesmos efeitos e os mesmos sacrifícios.

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor anda atualmente em «modo eleitoral», anda em campanha eleitoral,...

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — O Sr. Deputado também anda!

O Sr. **João Semedo** (BE): — ... mas isso não o desculpa de mais um insulto que fez aos trabalhadores da função pública.

O Sr. Primeiro-Ministro, num destes dias, dirigindo-se aos profissionais da função pública, disse o seguinte: «Vão fazer alguma coisa para outro lado».

Sr. Primeiro-Ministro, que arrogância, que soberba, que jactância, no preciso momento em que o seu Governo prepara milhares e milhares de despedimentos na Administração Pública.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É verdade!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, termino dizendo-lhe: siga o seu próprio conselho! Vá fazer alguma coisa para outro lado, mas deixe o País em paz.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado João Semedo, a moção de confiança que apresento como Primeiro-Ministro ao Parlamento — disse-o da tribuna — pretende obter uma resposta ao apelo político que faço à Câmara, de uma forma positiva e não de uma forma negativa.

É verdade que a rejeição de uma moção de censura equivale a confiança, é uma resposta pela negativa. Mas, Sr. Deputado, perceba que, nesta fase, a meio do seu mandato, nas circunstâncias especiais em que vivemos, o Governo entenda que deve solicitar à Câmara uma resposta pela positiva. Quero garantir ao Sr. Deputado que se essa resposta, se o apelo que fazemos à Câmara para renovar a confiança no Governo pudesse ser encarado como um desafio ao Sr. Presidente da República a não apresentaria. E o Sr. Presidente da República sabia disso desde o início.

Portanto, Sr. Deputado João Semedo, estou muito confortável com a moção de confiança que entendi que devia apresentar a este Parlamento, porque entendo que, respondendo o Governo perante o Parlamento, e perante o País por meio dele, é no Parlamento que nesta altura o Governo deve recentrar a sua legitimidade democrática de modo a ganhar força e fôlego para a segunda parte do seu mandato, em que ainda teremos decisões muito importantes a tomar.

De entre essas decisões está também a proposta de Orçamento do Estado para 2014, que aqui virá, Sr. Deputado, como referi muito explicitamente, cumprindo os objetivos de consolidação estrutural e orçamental que precisamos de atingir. Nessa medida, refletirá várias escolhas importantes que estão feitas e assumidas perante os nossos credores internacionais.

Mas, Sr. Deputado, há muito mais em jogo para além disso. E foi disso de que aqui falei hoje, Sr. Deputado. Que pena que o Sr. Deputado também não tivesse encontrado algum tempo para nos falar, não das... — como classificarei? —, ... das dissimulações que tanto o entusiasma, mas das reformas e das políticas públicas que precisamos de prosseguir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — O próximo pedido de esclarecimento, com que se conclui a primeira ronda, vai ser formulado pelo Sr. Deputado José Luís Ferreira, de Os Verdes.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, em jeito de nota prévia, queria registar uma curiosidade: há pouco mais de uma semana atrás, quando discutimos a moção de censura que Os Verdes apresentaram, o Governo disse-nos aqui que dispensava a apresentação de qualquer moção de confiança. Ora, bastaram três dias para os portugueses ficarem a saber da intenção do Governo em pedir um voto de confiança à Assembleia da República.

É assim este Governo, um poço de contradições, sem palavra, sem estratégia e à procura do seu próprio rumo. Num dia, diz uma coisa e, no dia seguinte, faz exatamente o seu contrário: num dia, os superministérios eram a solução para o País e, agora, a solução é multiplicar ministérios; num dia, a moção de confiança não é

necessária e, no outro dia, o Governo apresenta-a; num dia, não haveria aumentos de impostos e os subsídios de férias e de Natal eram intocáveis e, afinal, foi aquilo que se viu.

Desacreditado completamente pela guerra criada no seu próprio interior, o Governo decidiu-se, então, a apresentar uma moção de confiança; desacreditado com os tristes episódios a que todos assistimos após os pedidos de demissão dos dois Ministros de Estado e também desacreditado porque não cumpriu as promessas eleitorais; desacreditado porque conta com um Vice-Primeiro-Ministro que até faz doutrina com as decisões irrevogáveis; desacreditado porque conta com uma Ministra das Finanças que não fala verdade a este Parlamento.

Mas é, sobretudo, um Governo desacreditado face aos resultados das suas políticas, que o próprio ex-Ministro das Finanças reconhece.

Portanto, o Governo sentiu agora a necessidade de apresentar uma moção de confiança com o propósito exclusivo de procurar recuperar alguma credibilidade, como quem diz: «Agora é que vai ser, é desta que lá vamos». Enfim, um filme já visto, um número já gasto.

Depois, o Governo quer dizer-nos que agora há coesão governamental. Sim, porque, de facto, até aqui não houve, como, de resto, ficou visível e claro para todos. Sucede que, antes, o Governo também apregoava a coesão governamental e, afinal, foi aquilo que se viu.

Sr. Primeiro-Ministro, a nós parece-nos que não há operações de cosmética ou passes de magia que resolvam o problema da coesão deste Governo, pelo que vamos ficar a aguardar pacientemente pela próxima birra.

Mas, com esta moção de confiança, o Governo também quer fazer crer que vamos entrar num novo ciclo, que o Governo remodelado tem pouco a ver com os dois últimos anos, Nós percebemos porquê: é que, nestes dois últimos anos, o Governo colocou os portugueses a pagar mais impostos, a ganhar menos e a ter piores serviços públicos; porque há dois anos, a taxa de desemprego era de 11% e hoje está nos 18%; porque quando este Governo tomou posse a dívida pública estava nos 95% do PIB e hoje está nos 127%; porque o défice, em 2011, estava nos 4,2% e hoje está nos 10,6%.

De facto, o Governo tem todas as razões para sacudir a água do capote e para procurar fugir à paternidade da desgraça destes dois últimos anos, os quais, aliás, constituíram um verdadeiro abuso de confiança para com os portugueses.

O Sr. Primeiro-Ministro, depois, fala no novo ciclo económico, sobre o qual lhe deixo algumas perguntas.

Sr. Primeiro-Ministro, o que significa esse novo ciclo económico? Será que um novo ciclo económico significa aumentar o salário mínimo nacional e valorizar as pensões e as reformas? Será que um novo ciclo económico significa acabar com os despedimentos na função pública e repor o poder de compra das famílias? Um novo ciclo económico significará repor a taxa do IVA da restauração nos 13%? Um novo ciclo económico significará chamar finalmente ao sacrifício os rendimentos do capital?

Sr. Primeiro-Ministro, estas medidas fazem parte desse novo ciclo? É que, se não fazem, então olhamos para esse tal novo ciclo e teremos de dizer que, afinal, é só conversa, que, afinal, vira o disco e toca o mesmo.

Por fim, Sr. Primeiro-Ministro, o texto da moção omite o corte dos 4700 milhões de euros que o Governo quer fazer. Curiosamente, o Sr. Primeiro-Ministro também não lhe fez qualquer referência na sua intervenção.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Pudera!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Mas acho que os portugueses tinham interesse em saber onde pretende o Governo ir buscar esses 4700 milhões de euros, até para poderem perceber o alcance deste novo ciclo ou, então, para concluírem que, afinal, o que aí vem é mais do mesmo, é o vira o disco e toca o mesmo.

Gostaria, pois, que o Sr. Primeiro-Ministro nos dissesse onde pensa buscar esses 4700 milhões de euros.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado José Luís Ferreira, quando o Sr. Deputado interveio no debate da moção de censura, teve ocasião de fazer, com um pouco mais de criatividade —

permita-me a observação —, a crítica ao Governo. Na altura, foi-lhe respondido que o Governo manteria, no essencial, a direção que tinha tomado no que respeita ao cumprimento de obrigações externas. E quero reafirmá-lo, Sr. Deputado, como o fiz há pouco da tribuna.

Não há nenhum novo ciclo que se possa abrir em Portugal que dê sustentabilidade ao País que possa esquecer a disciplina das contas públicas. Nenhum, Sr. Deputado.

A ideia que está subjacente às perguntas que o Sr. Deputado me faz — «Vai aumentar as pensões?», «Vai aumentar o salário mínimo?», «Vai aumentar a despesa pública?»... Sr. Deputado, não. Nós não podemos aumentar a despesa pública, nós vamos fazer o contrário, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E o Banif?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Manteremos o objetivo que temos, que é o de reduzir o peso, em percentagem da riqueza que é criada no País, da despesa corrente primária. E digo-lhe que é em percentagem da despesa corrente primária porque temos de pagar os juros se queremos ter dinheiro. Se não queremos ter dinheiro não pagamos, mas se queremos ter financiamento para a economia temos de pagar os juros dos empréstimos. Nessa medida, Sr. Deputado, não podemos ignorar a realidade: as nossas despesas terão de estar de acordo com a nossa disponibilidade para pagar.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — E o Banif?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por isso, o novo ciclo que o País pode vir a conhecer em termos económicos não pode senão assentar na reafirmação do nosso compromisso com a estabilidade financeira e com a consolidação das contas públicas.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — É vira o disco e toca o mesmo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, Sr. Deputado, é possível fazer mais do que isso. Como afirmei no debate da moção de censura e reafirmo hoje, se não podemos fazer tudo ao mesmo tempo e resolver todos os problemas de uma vez, é verdade que passámos dois anos a tratar de problemas de emergência financeira e que agora, sem esquecer a disciplina financeira, podemos apostar mais nas condições de recuperação económica.

No entanto, para o fazer, Sr. Deputado — recorde-me, até, de ter citado a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças a esse propósito —, não precisamos de insistir na dualidade entre crescimento e austeridade, porque a ideia não é a da alternativa que se coloca entre uma coisa e a outra, mas sim a de observarmos a nova realidade em que vivemos.

Portanto, Sr. Deputado, não é possível voltar para trás. Não, Sr. Deputado, não é possível recriar o peso da despesa que o Estado já teve e não, Sr. Deputado, nós não podemos continuar eternamente a resolver os problemas do excesso de despesa do Estado onerando os portugueses com mais impostos.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Mas os do Banif estão a salvo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, a resposta à sua pergunta é simples: nós vamos conseguir reduzir estruturalmente a despesa do Estado exatamente nos termos a que nos propusemos e que são do domínio público. Numa carta que eu próprio assinei, como Primeiro-Ministro, para os nossos credores oficiais vem lá bem descrito, Sr. Deputado, de que forma é que nós pensamos fazer a redução estrutural da despesa pública até 2015.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedirem esclarecimentos, estão ainda inscritos, pelo PS, o Sr. Deputado Rui Jorge Santos, pelo PCP, o Sr. Deputado Miguel Tiago e, pelo BE, a Sr.^a Deputada Ana Drago.

O Sr. Primeiro-Ministro informou que responderá em conjunto a estes Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Jorge Santos.

O Sr. **Rui Jorge Santos** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor foi eleito Deputado pelo distrito de Vila Real. V. Ex.^a teve, nas eleições de 2011, a confiança dos vila-realenses, tendo obtido mais de 50% dos votos. À época, as promessas foram muitas, tanto em Vila Real, como no País.

Passados 25 meses, todos sabemos o que fez a essas promessas — colocou-as no caixote do lixo. E todos sabemos o que mudou no nosso País: sabemos que tudo mudou para pior, para muito pior, sobretudo no interior. Este Governo e VV. Ex.^{as} terminaram com os benefícios fiscais no interior. Este Governo e VV. Ex.^{as} colocaram na A24 as portagens mais caras por quilómetro no País e acabaram com as isenções para residentes na A24 e na A25.

Protestos do PSD.

Este Governo e V. Ex.^a extinguiram, em Vila Real, a delegação do Norte do Instituto do Desporto de Portugal.

Este Governo e V. Ex.^a fecharam a Pousada da Juventude de Vila Real.

Este Governo e V. Ex.^a querem, depois das eleições autárquicas, encerrar os tribunais de Boticas, de Mondim de Basto, de Sabrosa, de Mesão Frio e de Murça.

Protestos do PSD.

Este Governo extinguiu especialidades médicas fundamentais para as populações no Hospital de Chaves e no Hospital da Régua.

Este Governo e V. Ex.^a cortaram percentualmente, em 2012 e 2013, as verbas de funcionamento da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, num valor superior ao de outras instituições do ensino superior.

Protestos do PSD.

Este Governo parou a requalificação das Escolas Secundárias de São Pedro, em Vila Real, e Fernão de Magalhães, em Chaves.

Este Governo e V. Ex.^a travaram os investimentos em equipamentos sociais nos centros Novas Oportunidades, os investimentos nas energias renováveis.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Rui Jorge Santos** (PS): — Este Governo exterminou mais de 50 freguesias do distrito de Vila Real.

Este Governo permitiu o cancelamento, através do seu desleixo, da linha aérea Bragança-Vila Real-Lisboa.

Este Governo parou, interrompeu, deixou degradar as obras do túnel do Marão, talvez o maior símbolo da travagem abrupta e do desnorte que impuseram ao País.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Ora bem!

O Sr. **Rui Jorge Santos** (PS): — Enfim, este Governo, V. Ex.^a abandonou o interior, abandonou Vila Real e as suas populações. E o interior — V. Ex.^a sabe-o bem — necessita muito de avançar. E nestes 25 meses só andou para trás, regrediu, atrasou-se. A única coisa que cresceu foi a emigração, foi o desemprego.

Sr. Primeiro-Ministro, nenhum dever é mais importante do que o da gratidão e o da responsabilidade. V. Ex.^a não tem a confiança dos vila-realenses, não tem a confiança dos verdadeiros sociais-democratas, não tem a confiança dos portugueses.

Vozes do CDS-PP: — Eh!

O Sr. **Rui Jorge Santos** (PS): — Afinal, Sr. Primeiro-Ministro, neste novo ciclo, o que vai fazer pelo interior do País?

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Pelo PCP, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o PSD e o CDS provam a cada dia que passa que construíram a confiança dos portugueses com base em mentiras. Mentiram quanto aos impostos, quanto à defesa das famílias, aos subsídios, aos despedimentos, à recessão, à austeridade. O esbulho, o ataque aos serviços públicos, o desemprego e a destruição da economia, os roubos nos salários e pensões deitaram por terra essa confiança.

A submissão do poder político ao poder económico é tal, que o Governo vem hoje apresentar uma moção de confiança que visa não ganhar a confiança dos portugueses mas, apenas, tranquilizar os mercados, os grandes grupos económicos que jogam com a dívida portuguesa.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, as consequências dessas opções foram a luta contra as suas políticas e a desagregação do Governo.

Demite-se o Ministro das Finanças, demite-se, irrevogavelmente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Primeiro-Ministro demite, em direto, o Ministro da Economia e do Emprego.

Entretanto, com o novo fôlego das negociações fingidas com a chancela do PS, o Governo defendia-se há 10 dias de uma moção de censura, jurando a pés juntos que tinha condições para continuar. Eis que vem hoje o mesmo Primeiro-Ministro pedir confiança num Governo recauchutado porque, afinal de contas, o anterior já não servia.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Um Governo que Paulo Portas passou a controlar e a dirigir sem pronúncia popular, um Governo que está à margem do regular funcionamento das instituições.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Triste e degradante espetáculo que amesquinha a política, degrada o regime democrático, envolvendo PSD, CDS, Governo e Presidente da República.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tudo para manter o programa da troica, tudo para manter Portugal a sangrar 21 milhões de euros por dia, só para pagar a agiotagem e acudir aos banqueiros.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, pode ter a confiança dos que recebem esses 21 milhões, mas não terá, certamente, a confiança daqueles a quem os tira.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pode até ter a confiança dos grandes interesses económicos, dos banqueiros e dos especuladores, dos ditos mercados, mas não tem a confiança do povo português.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Com esta moção, Sr. Primeiro-Ministro, o Governo dá mais um golpe na credibilidade desta maioria. Se esta maioria aprovar uma moção de confiança a este Governo só confirma que a Assembleia tem de ser dissolvida, porque os portugueses já não se sentem nela representados. É que, lá fora, Sr. Primeiro-Ministro, esta moção jamais passaria!

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

A Sr.^a **Presidente**: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, tentei buscar na minha memória histórica quando foi a última vez que um Governo com maioria absoluta na Câmara da Assembleia da República apresentou uma moção de confiança ao Parlamento, mas devo dizer-lhe que não me recordo.

Contudo, acho que o Sr. Primeiro-Ministro tem toda a razão em apresentar aqui uma moção de confiança quase no último dia de trabalhos da Assembleia da República antes das férias. Basta, para isso, olhar para a bancada do Governo.

Temos, em primeiro lugar, o Sr. Primeiro-Ministro, o homem que disse que não aumentaria impostos, que não atacaria subsídios, que tem para sua memória histórica a maior recessão económica alguma vez vivida na história da nossa democracia e o maior número de desempregados que alguma vez existiu na nossa história, e aí está!

Ao seu lado, estava há pouco Paulo Portas, o Ministro que nos disse que continuar no Governo seria um ato de dissimulação, e aí está!

Tínhamos há pouco, mas também já saiu, o Secretário de Estado Adjunto, que tem as relações diretas com a troica e que escrevia, quando a dívida pública ainda não atingia os 100% do PIB, que não havia outro caminho senão reestruturar a dívida. Agora, cada vez que conversa com a troica, estou certa de que engole esse papel.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Temos, mais adiante, o Ministro da Economia — o novo Ministro da Economia — que, enquanto estava como empresário no sector privado, praticamente desdisse todas as políticas do seu Governo para a área da economia,...

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Todas!

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — ... e outras, como por exemplo o não pagamento do subsídio de férias neste mesmo ano, que foi agora criticado.

Temos ainda, um pouco ao seu lado, Rui Machete, que é a entrada oficial da ala cavaquista no Governo. Mas não é qualquer ala cavaquista, é a ala cavaquista que passou pelo BPN e que apresenta, portanto, como currículo ter estado mudo, cego e quieto nos vários anos de crime financeiro que aconteceram no BPN.

Protestos do PSD.

Ao seu lado estava também — já não está — a Ministra das Finanças, que tem dificuldades com a verdade: primeiro, disse que não havia referências na transição de pastas, depois que houve referências e não havia papel, depois que havia papel mas não era suficiente porque não tinha proposta, depois que havia proposta mas não gostava, e depois parou durante um ano.

Protestos do PSD.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, basta olhar: não é propriamente um Governo, é um grupo de destroços que aqui hoje nos apresenta.

Protestos do PSD.

Por isso, o que gostava de lhe perguntar é como é que o Sr. Primeiro-Ministro vem aqui apresentar uma moção de confiança dizendo que há uma alteração de política e, no momento seguinte, dizendo que o corte de 4700 milhões continua em cima da mesa, tal como foi assumido com os credores.

Mais do que isso, queria perguntar-lhe sobre a competência específica — a excelência no exercício de funções — da Sr.^a Ministra das Finanças. É que soubemos hoje, através de um relatório do Conselho das Finanças Públicas, que o cancelamento dos *swaps* do IGCP permitiam poupar nos juros da dívida 275 milhões este ano. Ou seja, 275 milhões este ano (fazemos o cenário para o ano como se se mantivesse idêntico), 275 milhões em 2014 (fazemos até 2015) e 275 milhões no ano seguinte. Isto é, esta Ministra das Finanças já pode ter um custo acumulado para os contribuintes de 825 milhões, a somar aos 1000 milhões que pagou aos bancos.

Por isso, fica uma última questão, muito singela: o Sr. Primeiro-Ministro acha que a frase «isto não custou nada ao contribuinte» é uma frase verdadeira ou falsa?

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, dadas as minhas limitações de tempo, queria perguntar à Mesa se haverá mais inscrições de Deputados que me queiram formular perguntas. Julgo que é relativamente leal fazer esta pergunta à Mesa.

Posso concluir que não há mais pedidos de esclarecimento, Sr.^a Presidente?

A Sr.^a **Presidente**: — Não há, na Mesa, mais inscrições, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr. Deputado Rui Jorge Santos, espero que a sua candidatura em Vila Real possa ter os méritos de todas as candidaturas democráticas. Não lhe posso desejar boa sorte, mas percebo que o Sr. Deputado está envolvido numa campanha eleitoral. Só que, ao contrário do que dizia o Sr. Deputado João Semedo, eu não estou.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não está?!

Risos do PS.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por essa razão, não vou fazer comentários sobre as suas promessas eleitorais em Vila Real ou sobre as minhas, Sr. Deputado. O que, em qualquer caso, lhe posso garantir é que o Governo tem orientado a sua ação não por critérios regionais, mas por critérios nacionais e que todos os aspetos que referiu e referenciou são aspetos que representam nalguns casos penalizações, noutras casos simples aplicação do que estava acordado em matéria de Memorando de Entendimento. Significa isso, portanto, Sr. Deputado, que o Governo e eu próprio, que fui eleito por Vila Real, estamos de cabeça erguida para justificar o que tem sido a ação do Governo.

O Sr. Deputado Miguel Tiago diz que o Governo está submetido ao poder económico. Mas, Sr. Deputado, não está! O Governo não está submetido a nenhum poder económico. O Governo só está submetido ao

mandato que obteve dos portugueses por intermédio desta Câmara. Esse é, portanto, o mandato que temos e que respeitamos.

O Sr. Deputado pode, como o Partido Comunista tem feito, dizer que não devíamos reconhecer esse Memorando de Entendimento, que não o devíamos cumprir e que ele representa, patrioticamente, o oposto do que deveríamos fazer. Ora, não é essa a nossa opinião e não é essa a opinião da esmagadora maioria dos portugueses, Sr. Deputado. Portanto, não irei perder mais tempo a responder-lhe.

Protestos do PCP.

Mas há uma coisa que quero dizer-lhe sobre a sua observação relativamente à dissolução do Parlamento. É que, no nosso sistema constitucional, o poder de dissolver o Parlamento cabe estritamente ao Presidente da República. Portanto, Sr. Deputado, o mais que posso dizer-lhe é que considero um bocadinho curioso que um Deputado eleito esteja a reclamar, neste Parlamento, pela dissolução do seu mandato.

Protestos do PCP.

Mas o Sr. Deputado tem toda a razão, não é inédito. Às vezes os Srs. Deputados reclamam pela dissolução do Parlamento, mas eu, Sr. Deputado, reclamo por cumprir o meu mandato!

Aplausos do PSD.

Sr.^a Deputada Ana Drago, gostaria, em primeiro lugar, de lhe dizer que quer a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças quer o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ocupam, neste Governo, plenos lugares de confiança do Primeiro-Ministro.

Em relação ao que a Sr.^a Deputada entende ser oportuno discutir sobre os *swaps*, quero apenas dizer-lhe que há uma Comissão Parlamentar de Inquérito que trata dessa matéria. E sobre essa matéria, Sr.^a Deputada, não tiro conclusões antecipadas. É a própria Comissão de Inquérito que as deverá tirar.

Há uma coisa que estou habituado a fazer na vida, que é não julgar antes de conhecer.

Protestos do BE.

Portanto, Sr.^a Deputada, sobre esta matéria, o que posso dizer é aquilo que tenho reafirmado: a minha confiança inabalável na competência que a Sr.^a Ministra das Finanças e então Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças manifestou ao lidar com este *dossier*!

Mas a Sr.^a Deputada terá ocasião de, ainda hoje, na Comissão de Inquérito, confrontar a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças sobre essas matérias.

Não queria terminar sem, no entanto, a cumprimentar, Sr.^a Deputada, dado que, creio, esta será a última oportunidade que tenho de o fazer. Soube que a Sr.^a Deputada vai deixar de exercer funções neste Parlamento e não quero deixar de a cumprimentar nesta ocasião, que será a última em que me poderá questionar como parlamentar, mas que, certamente, não será a última em que poderemos confrontar politicamente as nossas ideias. Desejo à Sr.^a Deputada as maiores felicidades.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Entramos agora na fase de intervenções.

Estão já inscritos, pelo PS, o Sr. Deputado António José Seguro e, pelo PSD, o Sr. Deputado Luís Montenegro.

Tem a palavra, Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Depois de 770 dias em funções, o Governo apresenta uma moção de confiança.

O Governo tenta iludir os portugueses de que se pode nascer duas vezes. Mas não se pode nascer duas vezes!

Este é o mesmo Governo. O velho Governo. Este é o Governo da espiral recessiva. Este é o Governo de um milhão de desempregados. Este é o Governo das falências de empresas e das insolvências das famílias. Este é o Governo da TSU e dos cortes de 4,7 mil milhões de euros na educação, na saúde e na segurança social. Este é o Governo que fez o maior aumento de impostos e que mais rendimento retirou aos reformados e aos pensionistas. Este é o Governo que está a empobrecer o nosso País, a destruir a classe média, a enviar portugueses para a emigração e a negar o futuro aos jovens.

Este é o mesmo Governo. Este é o velho Governo!

Aplausos do PS.

Este é o Governo que lançou o nosso País numa enorme crise política e que agora tenta fazer crer que não é nada com ele.

O que se passou foi de uma enorme gravidade para que passe em claro sem o repúdio dos portugueses.

A crise foi causada, única e exclusivamente, pelas demissões dos dois ministros de Estado deste Governo, o Dr. Vítor Gaspar e o Dr. Paulo Portas, que se demitiram, precise-se, por discordância da política seguida ao longo destes dois anos.

Quem afirmava aos sete ventos que o País não podia entrar numa crise política foi quem criou a mais grave crise política desta Legislatura.

Não tentem tapar o sol com a peneira! O vosso tempo chegou ao fim!

Aplausos do PS.

Esta moção não passa de uma encenação, de um passe de mágica, de um faz de conta!

Os portugueses dispensam um Governo que faz de conta, apenas para se manter no poder a qualquer custo. O nosso País necessita de outro Governo, de um novo Governo e de uma nova maioria. Portugal precisa de um Governo que honre a palavra dada, que fale verdade e não iluda nenhum dos graves problemas que temos pela frente, como o desemprego, a dívida pública e o défice orçamental.

Portugal precisa de um Governo que assuma que é preciso negociar com a União Europeia. Portugal precisa de um Governo de confiança que assuma a liderança em torno de uma agenda que mobilize os portugueses para sairmos desta crise.

Aplausos do PS.

Sr.^a Presidente, nos próximos meses, o nosso País vai ser chamado — se é que o não foi já — a tomar decisões fundamentais para o nosso futuro.

Dessas decisões destaco o modo como concluiremos o atual programa de assistência financeira, a maneira como aplicaremos os fundos comunitários para o período de 2014 a 2020 e a reforma da União Económica e Monetária.

Os fundos comunitários serão, nos próximos anos, o maior volume de investimento que teremos à nossa disposição. O PS defende que esses fundos devem ser aplicados, prioritariamente, em incentivos reembolsáveis.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Muito bem!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Os fundos comunitários devem ser apontados a investimentos que promovam a internacionalização das nossas empresas e a substituição de importações por aumento da produção nacional.

Competitividade e coesão devem ser as metas do novo QREN, obedecendo a uma efetiva coordenação e convergência das prioridades para o investimento, leia-se competitividade, e para a qualificação, leia-se coesão.

Os próximos fundos comunitários devem ser dirigidos para o crescimento económico e a criação de emprego.

Aplausos do PS.

Sr.^a Presidente, para o PS, o programa de ajustamento deve ser renegociado politicamente. Essa renegociação deve conduzir à estabilização da economia, evitando mais medidas de impacto recessivo, à concertação uma verdadeira política de rendimentos, que dinamize racionalmente a procura interna, e ao equilíbrio das contas públicas de modo sustentável, criando um limite para a despesa corrente primária do Estado.

A renegociação política do programa deve dar prioridade ao crescimento económico e ao emprego.

Para que esta renegociação seja bem-sucedida, é necessário realismo, não entrar em processos de negação e assumir os reais problemas do País; evidenciar o enorme esforço feito pelos portugueses e o amplo consenso social e político para cumprirmos os compromissos assumidos pelo Estado; e demonstrar que, por maior que seja o nosso esforço, isso não chega, é necessário o contributo da União Europeia.

O contributo da União Europeia para a resolução da crise que vivemos não se justifica apenas pela solidariedade devida aos povos europeus, mas, porque a zona euro está incompleta, faltam-lhe instrumentos e isso produz graves desequilíbrios económicos.

Nós não dizemos à Europa para vir fazer o que é da nossa responsabilidade, nós dizemos à Europa que ela tem que assumir por inteiro as suas competências.

Aplausos do PS.

Não há nenhuma União Económica e Monetária sem dimensão orçamental.

Nesta União Económica e Monetária falta uma dimensão social; falta uma dimensão orçamental para que os países com *superavits*, a partir de um determinado rácio, possam contribuir para a correção dos desequilíbrios que alimentam esta crise; falta concretizar a união bancária; falta dotar a União Económica e Monetária do instrumento de convergência e de competitividade, que, na prática, é um embrião do futuro orçamento da zona euro.

Estas são matérias que estão em discussão na Europa, que ganharão urgência após a realização das eleições alemãs e para as quais o PS tem posições claras que coloca à disposição dos portugueses.

Aplausos do PS.

Sr.^a Presidente, em Portugal e na Europa a prioridade é o emprego.

Dissemos por várias vezes, e aqui o reafirmamos, que o PS não espera por eleições para apresentar as propostas e as soluções para os problemas do nosso País.

Desde há muito que defendemos que só com crescimento económico e criando empregos Portugal pode sair da crise. A realidade, infelizmente, dá-nos razão.

Um dos pilares essenciais para o crescimento económico é a captação de investimento nacional e estrangeiro. Os investidores só investirão no nosso País se, entre outras medidas, garantirmos estabilidade e previsibilidade ao sistema fiscal.

O PS tem consciência que o seu contributo é decisivo para garantir essa estabilidade fiscal, indispensável à captação de investimento na nossa economia e para a criação de emprego.

O PS não faltarà às suas responsabilidades, dissemo-lo desde a primeira hora e reafirmo-o hoje aqui, mas não confundimos o interesse nacional com a união nacional. Os portugueses sabem que podem contar com a disponibilidade do PS sempre que esteja em causa o interesse nacional, mas também sabem que o PS rejeita qualquer tipo de união com o atual Governo.

O Parlamento é o local apropriado para efetuarmos essa reforma. Para o PS, quanto mais depressa fizermos a reforma do IRC, melhor será para o nosso país. Marcaremos, pois, presença nesse debate com as nossas propostas, algumas das quais já estão apresentadas e votadas, na generalidade, neste Parlamento.

O Primeiro-Ministro apenas fala de IRC, mas é necessário, ao mesmo tempo, baixar o IVA da restauração, reembolsar o IVA às empresas nos prazos revistos, criar um sistema de crédito fiscal para os capitais próprios colocados nas empresas e diminuir, entre outros, os impostos para os lucros reinvestidos.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta tem sido a nossa atitude e esta continuará a ser a nossa atitude: a de uma oposição firme, responsável e pela positiva. Oposição firme a este Governo; oposição responsável, que apresenta um caminho alternativo, em Portugal e na Europa, para sairmos da crise; e oposição pela positiva, que avança com soluções para resolver os problemas reais dos portugueses.

O PS não é um partido de oposição. O PS é um partido de Governo, que aqui está, com os seus valores e com as suas soluções, para servir Portugal.

Aplausos do PS, de pé.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo assume hoje, com esta moção de confiança, a renovação do seu compromisso político com os portugueses.

Estamos a meio da Legislatura iniciada com a realização das últimas eleições e num tempo onde a maioria que suporta este Governo não foge nem da prestação de contas intermédia nem da concretização dos objetivos para a segunda parte da Legislatura.

Há dois anos, o nosso País entregou parte da sua soberania a troco do dinheiro necessário para solver os principais encargos do Estado e da economia. Resgatar essa soberania e cumprir a palavra do Estado é, pois, um imperativo moral e histórico de uma nação honrada.

Mas, resgatar essa soberania e cumprir a palavra do Estado é um desígnio muito mais vasto: significa corrigir desequilíbrios, significa reformar o Estado e a economia e tem de significar criar condições para evitar novos resgates no futuro.

Esta geração de políticos não pode nem deve falhar a sua responsabilidade histórica de passar à geração que nos vai suceder um País com mais esperança, com mais oportunidades, com mais sustentabilidade e com mais autonomia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — O esforço de hoje tem de significar erradicar os erros do passado. O esforço de hoje tem de corresponder à esperança no futuro. O esforço destes dois anos não pode e não vai ser desperdiçado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Um País que, em dois anos, conseguiu alcançar uma consolidação orçamental estrutural, que conseguiu equilibrar as suas contas externas, que conseguiu implementar várias reformas estruturais, que conseguiu recuperar credibilidade e, por via disso, flexibilizar as metas do défice, diminuir os encargos com juros e alargar os prazos de pagamento de empréstimos é um País em recuperação.

Um País que, em dois anos, viu as suas exportações a crescer, que alcançou um aumento da sua produção industrial, que inverteu uma tendência de 10 trimestres consecutivos de retração do produto interno bruto, que recupera a confiança dos consumidores e o clima económico, é um País com razões para confiar nas suas capacidades.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Srs. Deputados, não esquecemos o nível de desemprego nem esquecemos as dificuldades de muitas famílias e de muitas empresas. Não esquecemos isso e não deixámos de ter respostas sociais para aqueles que sofrem mais com este ajustamento.

Mas, Srs. Deputados, se os políticos não são capazes, mesmo assumindo as suas diferenças, de confiar no País que governam, nas potencialidades humanas e económicas do seu povo e das suas estruturas, não são dignos de conduzir os destinos do País.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — O PSD acredita nos portugueses, na sua tenacidade, na sua resistência e no sentido coletivo dos agentes políticos.

Sr. Primeiro-Ministro, revemo-nos, por isso, na postura de coragem que tem revelado à frente do Governo, uma postura que é também de verdade e de realismo. O País sabe, pela sua boca, quais são as dificuldades, o País conheceu neste período as dificuldades que o Governo enfrentou internamente. Não esconder os problemas, não esconder as dificuldades, quer elas sejam externas quer internas, é sempre um caminho para resolver esses problemas e para ultrapassar essas dificuldades.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Governo e esta maioria não desistiram e apresentam-se hoje, aqui, coesos, confiantes e abertos ao diálogo político.

Esta maioria, Sr. Primeiro-Ministro, não tem complexos, não «atira a toalha ao chão» e assume com convicção e sem reservas o apoio à sua liderança e à sua firmeza como chefe do Governo.

Sr.^a Presidente e Srs. Deputados: Depois de uma moção de censura, que foi rejeitada por esta Câmara há pouco mais de uma semana, o Governo e esta maioria parlamentar renovam hoje, perante o País, a determinação de levarmos o País a bom porto.

Sabemos que há um País para salvar, que há uma soberania para resgatar, que há uma crise para vencer e que há um futuro para construir em Portugal.

A Sr.^a **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Por isso, esta moção exprime, nada mais, nada menos, do que a confiança que, juntos, temos em Portugal e no nosso futuro coletivo. Uma confiança sustentada no esforço dos portugueses, no caminho difícil trilhado até aqui, mas também nas pequenas grandes conquistas que nos fazem acreditar que estamos, de facto, num ponto de viragem.

A estabilização financeira permite-nos antever o regresso aos mercados e as reformas estruturais e a nossa capacidade de financiamento permitem-nos recuperar a atividade económica e a criação de emprego.

Este novo ciclo da atual Legislatura não será menos exigente que o anterior, mas este novo ciclo, cujos alicerces construímos nos últimos dois anos, dirige o País para a captação de investimento, para a dinamização económica e para o estímulo à criação de emprego.

Quando falamos de um novo ciclo para o País, não o fazemos para iludir os portugueses, não o fazemos para dizer que as dificuldades e os desafios ficaram para trás e que a partir de agora só nos esperam tempos de facilidades.

Quando falamos num novo ciclo, queremos dizer, muito claramente, aos portugueses, que os esforços e os sacrifícios dos dois últimos anos foram necessários, mas não foram em vão; foram duros, mas não caíram em saco roto; foram exigentes, mas começam a dar frutos.

Temos razões para acreditar. Sem grandes regozijos, temos motivos para estar confiantes. E isto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, está à vista dos nossos parceiros, das instituições nacionais e internacionais, dos nossos parceiros na Europa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Construir o Portugal pós-troica exige o envolvimento de todos. Exige a participação dos cidadãos, exige a participação das empresas, exige a participação e os contributos dos partidos políticos, exige a participação dos parceiros sociais.

Ao contrário do que muitos entendem, este envolvimento não é necessário para garantir as condições de governabilidade. A estabilidade e a coesão do Governo dependem dos partidos que o compõem e dos grupos parlamentares que o apoiam no Parlamento. E isto, Srs. Deputados, está garantido!

O envolvimento que procuramos, o diálogo social e político que queremos cada vez mais estimular, significam pensar e servir melhor o interesse nacional.

O interesse nacional não apaga nem é incompatível com o interesse parcelar dum partido político.

Uma oposição não deixa de se poder afirmar, de apresentar as suas alternativas, pelo facto de convergir ou de se aproximar da maioria em questões essenciais.

Cada um dos parceiros sociais não deixa de poder defender o seu próprio interesse, se construir com os demais e com o poder político bases de entendimento sólido e duradouro.

Nesse contexto, esta maioria está disponível, está de boa-fé, no propósito de não desperdiçar qualquer hipótese ou oportunidade de diálogo que se abra no espaço político.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Da mesma forma que estamos certos e incentivamos daqui o Governo a procurar aprofundar com os parceiros sociais o compromisso para o relançamento económico, as políticas de emprego e a competitividade do País.

Ademais, os próprios parceiros sociais têm evidenciado sinais de disponibilidade responsável para, em sede de concertação, desenvolver, senão mesmo renovar, o compromisso tripartido de janeiro de 2012.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: As opções políticas e os resultados do Governo e desta maioria serão julgados no final do nosso mandato, em 2015. As opções e as alternativas da oposição serão apreciadas nesse momento de confrontação democrática.

Mas os portugueses não esperam de uns e de outros que passemos estes dois anos a antecipar o debate eleitoral. Os portugueses esperam e desejam que, nestes dois anos, se abram novos horizontes nas suas vidas, que haja mais oportunidades de emprego, que haja mais investimento, que haja finanças públicas saudáveis que não absorvam tantos recursos e impostos à sociedade, que haja reformas no setor público que estanquem exercícios deficitários, que tornem o Estado mais eficiente e que garantam a sustentabilidade do Estado social.

Os portugueses esperam ter um País reabilitado, que tenha uma voz firme na Europa e que, nessa sede, possa também responder aos desafios do nosso espaço comum.

Os portugueses querem perceber que os sacrifícios de hoje são necessários para corrigir os erros do passado, mas são, sobretudo, o garante para deixarmos de ser um país condenado a pedir, ciclicamente, ajuda ao exterior e a sofrer as condições que, nesses momentos, são sempre impostas.

Os portugueses querem e merecem verdade e transparência no debate político.

Os portugueses desconfiam de quem só está disponível para concertar soluções fáceis e «foge como o diabo da cruz» das decisões mais impopulares ou mais difíceis.

Os portugueses querem e merecem o realismo das posições políticas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados: Podemos não estar de acordo, à partida, nas soluções que defendemos, mas sabemos que quem quer governar tem de cumprir as regras do tratado orçamental; tem de promover a sustentabilidade da nossa dívida pública; tem de reformar o Estado e diminuir de forma estrutural a despesa pública; tem de salvaguardar os fatores de competitividade da economia e tem de garantir a sustentabilidade do Estado social.

Estes desafios são comuns a todo o País, são comuns aos partidos que estão no Governo e querem continuar a estar e àqueles que não estão, mas anseiam estar, no futuro. Por isso mesmo, há questões que devem aproximar-nos, a bem do País.

Em bom rigor, Srs. Deputados do Partido Socialista, quem o fizer não está só a proteger o interesse nacional, está também a proteger o seu interesse em poder governar bem no futuro.

Este é um ponto-chave do compromisso nacional que queremos procurar: a oposição de hoje, que quer ser Governo amanhã, precisa de compreender que os compromissos que conseguirmos firmar são já a base da sua hipotética governação no futuro.

Permitam-me mesmo que diga que seria redutor, para não dizer mesquinho, que quem aspira a governar o País não começasse já, na oposição, a contribuir para resolver verdadeiramente os problemas do País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Afirmamo-lo aqui, hoje, sem complexos nem tibiezas. Esta maioria está aqui para dar e durar. Esta maioria quer, democraticamente, renovar o seu mandato em 2015, mas esta maioria sabe que não vai estar eternamente no poder. E há uma coisa que esta maioria quer: quer deixar, nesse dia, daqui a vários anos, àqueles que virão a seguir a nós, um País bem mais preparado para os desafios futuros.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Um País com autonomia e soberania plena.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E com uma dívida maior!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Um País com uma economia sólida, um Estado eficiente e que garanta os serviços públicos e sociais essenciais.

Termo, pois, Srs. Deputados, dizendo-vos, sem nenhuma presunção ou soberba: o Governo sai deste debate com a confiança do Parlamento; o País tem razões para confiar neste Governo; a democracia precisa que a oposição confie mais no País, para que, um dia, os portugueses confiem nesta oposição.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por registar que este é o terceiro debate de Estado, por assim dizer, que temos, num espaço de menos de três semanas.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não é por acaso!...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Começámos com o estado da Nação, que foi, efetivamente, o preâmbulo deste debate, passámos pela muito útil moção de censura, que foi a sua confirmação, e terminamos agora com esta moção de confiança, que é, por assim dizer, o seu epílogo.

De resto, é curioso que tenhamos começado com o tomar do pulso, com o avaliar do estado da Nação, que tenhamos passado por uma tentativa de censura, para terminarmos da melhor forma possível, ou seja, com o reforço da confiança no Governo.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

E é possível tirarmos já algumas conclusões.

A primeira conclusão, Srs. Deputados, por muito que não vos agrade, é a de que, depois de um momento de tensão, o Governo sai objetivamente reforçado deste percurso e destes debates,...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Risos do PCP.

... já a oposição sai, no mínimo, mais dispersa ou com mais disparidade e, inequivocamente, sem ter sido capaz de, durante estes três debates, apresentar uma alternativa sólida e credível.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — A maioria sai indiscutivelmente mais coesa e, por isso, terminaria, Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deixando aqui, talvez como um dos Deputados mais experientes desta maioria, uma palavra, a todos e a cada um, a cada uma e a cada um dos Deputados do PSD e do CDS, que foram essenciais para que a coesão se mantivesse, para que não desistíssemos, para que fôssemos em frente, particularmente nas pessoas dos líderes parlamentares, Luís Montenegro e Nuno Magalhães.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Abrimos aqui, Sr.^{as} e Srs. Deputados, um segundo ciclo, mas não ignoramos, ao contrário do que os senhores gostam de dizer, que existiu um primeiro ciclo, um primeiro ciclo em que chegámos à governação numa pré-bancarrota, consequência de um défice crónico, um défice que é uma espécie de monumento nacional, de instituição nacional, ao longo de muitas décadas, o que tem como resultado uma dívida incomportável, taxas de juro inaceitáveis e, em consequência, a perda total de credibilidade externa.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Estamos pior em tudo!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — A questão central, Srs. Deputados, é que ou resolvemos o problema financeiro ou não conseguiremos resolver problema nenhum. É uma verdade absoluta! Senão, estaremos condenados, obviamente, ao desemprego e à limitação de soberania.

Não ignoramos as dificuldades, mas sejamos justos e rigorosos.

Noutro dia, um respeitável ex-ministro, o Dr. Daniel Bessa, dizia: «Tenhamos consciência de que a austeridade não é uma opção nossa». De facto, assim é, a austeridade não é uma opção nossa nem é uma opção do País, a austeridade é uma opção que nos foi e é imposta.

No entanto, sejamos justos: este Governo e esta maioria conseguiram realizar uma rutura, e uma rutura com duas coisas essenciais.

Em primeiro lugar, uma rutura com a política de ilusão, com a política de falsidade, com a política de promessas, dizendo a verdade e dizendo aos portugueses aquilo que queriam ouvir: há outro caminho, há outra possibilidade e só se pode pedir confiança se, primeiro, se disser a verdade.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Em segundo lugar, uma rutura com o caminho do endividamento. Conseguiu-se recuperar a credibilidade externa, reduzir o défice, de 10% para 5,5%, reduzir a despesa primária, de 48% para 43%, e, no meio de tudo isto, ter sensibilidade social.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Vamos em 127% do PIB!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Houve um primeiro ciclo em relação ao qual nada temos de recuar e assumimos que podemos não ter chegado sempre onde queríamos, podemos não ter dado sempre os passos rápidos na direção a que queríamos chegar. Mas, Srs. Deputados, a este propósito, permitam-me recorrer a uma citação do grande Abraham Lincoln: «posso não ser um caminhante rápido, mas não dou passos para trás». Nós nem sempre caminhámos tão rápido como gostaríamos, mas a verdade é que também não demos passos para trás.

Risos do Deputado do PCP João Oliveira.

Agora, abrimos um segundo ciclo. E a que corresponde este segundo ciclo? Corresponde, em primeiro lugar, ao equilíbrio entre a consolidação financeira, sem a qual não há solução para nada, e o pilar económico, a aposta na economia; corresponde, por outro lado, a uma postura de exigência, de diálogo exigente com os nossos parceiros e com os nossos credores; corresponde, ainda, a uma nova visão, a um novo discurso europeu, a uma lógica europeia de exigência de uma Europa mais solidária, designadamente com os países que, como Portugal, estão sujeitos a intervenção; corresponde, também, como já aqui foi dito, a uma mudança

e a melhores condições de fiscalidade, das quais a já anunciada baixa do IRC é um sinal importantíssimo e fundamental; corresponde, por último, a uma tentativa e a um esforço de diálogo, de diálogo interno, designadamente com quem quer dialogar e não passa a vida só a gritar, de chamamento ao diálogo do maior partido da oposição, de diálogo também ao nível da concertação social.

Nós estamos dispostos a esse diálogo, mas é importante que o maior partido da oposição, é importante que o Partido Socialista não continue a dizer apenas duas coisas: «não queremos austeridade» e «queremos eleições». É que é muito óbvio que a austeridade é indispensável, porque sem ela não há consolidação financeira, e, quanto a eleições — se ainda não perceberam, percebam! —, não vai haver, só vai haver no fim da Legislatura.

Portanto, essa resposta não é suficiente, como não é suficiente, quando se pede rasgo e ousadia, responderem-nos com autarcia. Também não é normal nem razoável, mas, ainda assim, estamos dispostos a esse esforço de diálogo. Porquê? Porque sem coesão não teremos confiança, sem confiança não teremos investimento, sem investimento não teremos crescimento, e sem crescimento não atingiremos o nosso objetivo que é recuperar a nossa soberania plena.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Recentemente, num outro debate, mais precisamente no debate sobre o estado da Nação, disse que o nosso objetivo é pensarmos na próxima geração e não nos ficarmos pela próxima eleição.

Isto tem, obviamente — e, com isto, termino —, uma consequência. A consequência é a de que já não é tempo de continuar a vender a ilusão, de que é possível sempre mais despesa, mais despesa pública, mais Estado e que ninguém virá para pagar a conta! Não é possível continuar a empurrar os problemas do País para a frente com a barriga como se eles não existissem, não é possível continuar a deixar às próximas gerações os encargos da dívida que é criada hoje, não é possível continuar a seguir esse caminho.

Este momento tem de ser o momento de rutura, de libertação das próximas gerações, e aqui o fundamental, em primeiro lugar, é que os sacrifícios que pedimos, e que têm sido feitos pelos portugueses, não sejam perdidos nem sejam desperdiçados.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Termino já, Sr.^a Presidente.

Os portugueses avaliarão nas urnas o trabalho deste Governo e desta maioria e a história julgará esta geração de políticos!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Não ponha todos no mesmo saco!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — É evidente que a história julgará, Srs. Deputados, mas está nas nossas mãos escrever essa história, e tencionamos escrevê-la, tencionamos escrevê-la!

Aplausos CDS-PP e do PSD.

Tencionamos escrevê-la com uma consciência fundamental: a consciência de que tudo fizemos, de que nada deixámos de fazer — mesmo nada! — para recuperar e proteger a liberdade de Portugal. Não desistimos.

Portugal pode ser uma das nações mais prósperas da Europa, e sê-lo-á seguramente. Viva Portugal!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — O Sr. Deputado do PS António Braga inscreveu-se para pedir esclarecimentos, mas o Sr. Deputado Telmo Correia já não dispõe de tempo para responder.

O Sr. **António Braga** (PS): — Sr.^a Presidente, queria apenas informar a Mesa de que o Grupo Parlamentar do PS está disponível para ceder 30 segundos ao Sr. Deputado Telmo Correia para responder, porque a pergunta também é muito simples.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado António Braga, a cedência de 30 segundos, por uma regra aritmética, ainda não dá tempo positivo ao Sr. Deputado Telmo Correia!

Risos.

Em todo o caso, se o Plenário estiver de acordo, a Mesa não tem nada contra.

Não havendo objeções, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. **António Braga** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, a pergunta é muito simples. O Sr. Deputado descreveu a situação no primeiro e segundo ciclos desta governação e, vamos admitir, descreveu o primeiro ciclo como sendo excelente. A pergunta é esta: sendo assim, por que é que o Sr. Ministro Paulo Portas e o Sr. Ministro Vítor Gaspar se demitiram?

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A sua pergunta é quase tão útil como a moção de censura ao Governo!

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, em primeiro lugar, queria cumprimentar o Sr. Deputado António Braga e agradecer-lhe a oportunidade que me dá de responder.

Sr. Deputado, em relação às razões por que o Sr. Ministro Vítor Gaspar se demitiu, aconselhava-o a ler a carta, porque ela é bastante explícita...

Risos do PS e do PCP.

... e não deixa grandes dúvidas sobre essa matéria.

Em relação ao resto, Sr. Deputado, não fui tão otimista como o Sr. Deputado pretende...

Protestos do PS.

Posso terminar, Srs. Deputados?

De facto, não fui tão otimista, como o Sr. Deputado disse, na análise do primeiro ciclo das dificuldades que tivemos e dos momentos de tensão que vivemos. O que aconteceu, efetivamente, foi um momento de tensão, e um momento de tensão sério, no seio do Governo e da maioria.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O que verifiquei — disse-o aqui e repito — foi que esse momento de tensão foi respondido, primeiro, pelos líderes dos partidos e, depois, pela maioria. E o que o senhor tem hoje, quer queira quer não queira, é uma maioria mais forte, é um Governo renovado e é uma melhor capacidade de resposta.

Risos do PS.

Se alguém não esteve à altura das suas obrigações, neste contexto, designadamente no processo que foi aberto, não fomos nós; terá sido o Partido Socialista,...

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — ... que não foi capaz e não nos disse, até agora, por que é que não deu acordo, por que é que não deu assentimento e por que é que não nos ajuda a salvar Portugal, como é necessário.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira, de Os Verdes.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Telmo Correia disse, ainda agora, que este é um momento de rutura, por isso vamos esperar para ver como é que o CDS-PP vai votar esta moção de confiança.

Risos do PS e do Deputado do PCP Bernardino Soares.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não percebeu?!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Só assim é que seria um momento de rutura, só assim é que haveria um momento de rutura!

Os Verdes consideram que este Governo não merece a nossa confiança porque há muito perdeu a confiança dos portugueses.

Um Governo que impõe sacrifícios atrás de sacrifícios, sempre aos mesmos, a quem vive do seu trabalho, e que, apesar dos sacrifícios que impõe, agrava o problema do défice, agrava o problema da dívida pública, agrava o problema do desemprego, agrava o problema da nossa economia, é, afinal, um Governo que nunca fez parte da solução e que constitui um grave problema para os portugueses.

A continuação deste Governo nos destinos do País significará mais sacrifícios, mais austeridade, mais desemprego, menos economia, mais défice, mais dívida pública e menos serviços públicos.

Um Governo que se mostra disposto a continuar a abusar da confiança dos portugueses não pode merecer a nossa confiança.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Portanto, Os Verdes vão votar contra esta moção de confiança a um Governo que apenas pensa em resolver os problemas da banca e dos grandes grupos económicos.

Aplausos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia e do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do PCP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo não apresenta esta moção de confiança para obter a confiança do Parlamento. O Governo apresenta esta moção de confiança para tentar convencer os portugueses de que os membros do Governo confiam uns nos outros,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... o que é muito diferente!

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

A única manifestação de confiança a que aqui assistimos foi a manifestação de confiança do Sr. Primeiro-Ministro na Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças. Aí, sim!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isso é verdade!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A Sr.^a Ministra das Finanças cuja nomeação provocou a demissão do ex-Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, que retirou a demissão, mas não retirou o que disse naquele dia, quando apresentou a demissão.

Vozes do PCP e do PS: — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas, a sua manifestação de confiança não surpreende, Sr. Primeiro-Ministro, porque V. Ex.^a nunca retirou a confiança política a nenhum dos membros do seu Governo. Por si, Sr. Primeiro-Ministro, Miguel Relvas ainda era Ministro Adjunto!

Vozes do PCP: — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Por si, Sr. Primeiro-Ministro, o Dr. Vítor Gaspar ainda era Ministro das Finanças!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E se não fosse a demissão estrondosa do Sr. Ministro Vítor Gaspar, ainda o senhor se arrastava, penosamente, no primeiro ciclo...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... e o Governo não tinha passado ao segundo ciclo, que o senhor aqui anunciou!

Aplausos do PCP.

Protestos do Deputado do CDS-PP Telmo Correia.

Há pouco, o Sr. Primeiro-Ministro fugiu à questão que lhe foi colocada sobre a Sr.^a Ministra das Finanças. É uma evidência para todo o País que a Sr.^a Ministra mentiu a este Parlamento.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É evidente!

Vozes do PSD: — É falso!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É uma evidência! Isto não é uma questão de opinião, é um facto, e contra factos não há argumentos!

Protestos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro, perante isto, não pode refugiar-se na existência de uma comissão de inquérito. Desde logo, porque o senhor responde aqui, perante o Parlamento, não na comissão de inquérito.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora, bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Quando um membro do Governo mente ao Parlamento e ao País e o Primeiro-Ministro lhe reitera a sua confiança, nenhum dos dois merece a confiança dos portugueses e merecem ambos ser demitidos!

Aplausos do PCP.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, este Governo não merece a confiança dos portugueses. Merece ser demitido, porque já prejudicou demais Portugal e os portugueses!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo mais oradores inscritos nesta fase do debate, vamos passar à fase de encerramento.

Antes, porém, de dar a palavra ao membro do Governo que fará a intervenção de encerramento, o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, queria registar a saída de três Deputados do Plenário, nesta sessão legislativa: as Sr.^{as} Deputadas Ana Drago e Helena André e o Sr. Deputado Honório Novo.

Para o Parlamento, é uma perda a vossa saída. O Parlamento é o povo e, por isso, sempre se regenera, mas nós sentimos a vossa falta. Sabemos que vão continuar a fazer política, porque a política está lá sempre, em todos os lugares onde a vida mora, mas deixam-nos muitas saudades.

Desejamos-vos as maiores felicidades!

Aplausos gerais.

Para intervir no encerramento do debate, tem a palavra o Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro** (Paulo Portas): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A moção de confiança hoje discutida na sede da soberania nacional representa um ponto de inflexão na política portuguesa. Nesse sentido, a todos interpela e convoca para um ciclo político diferente.

O primeiro conceito que esta moção de confiança valoriza e confirma é o da estabilidade como condição de viabilidade nacional.

Em política, a utopia não é uma escolha razoável e a falta de adesão à realidade é um lapso perigoso.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro**: — Partindo deste pressuposto, convém distinguir as diferenças.

É verdade que há, no PCP, uma coerência, errada mas, ainda assim, uma coerência. Portugal, dizem os comunistas, pode viver fora do euro e contra a troica dos credores. É natural, por isso, que defendam o derrube do Governo e descuidem as consequências, ficando sempre por explicar, a meu ver, como se evitaria o empobrecimento dramático de um Portugal em autarcia em plena era global.

Protestos do PCP.

No caso do Bloco de Esquerda, porventura porque se assusta com a mera ideia de que, um dia, terá de escolher entre a ética da responsabilidade e a estética do protesto, vão-se usando conceitos indeterminados para providenciar soluções impossíveis.

O Bloco, na versão otimista, já arquivou a tese anti-euro, mas desafia um módico elementar de consistência ao aceitar o euro mas recusar todas e cada uma das suas regras de existência. É um «fazer de conta» querer estar no espaço multilateral da Europa e prometer a renegociação unilateral da dívida. E é um erro de não saber contar proclamar a devolução da despesa e da receita como se não tivéssemos o problema de défice e de dívida que tínhamos e ainda temos. Donde, a posição do Bloco, com todo o respeito, é provisoriamente inoperativa.

Bem mais desafiante é a perceção das responsabilidades e das possibilidades por parte de um dos partidos indispensáveis à governabilidade de Portugal, o Partido Socialista.

Parece-me, com humildade, que o PS não meditou suficientemente sobre o facto de a maioria ter dado provas de superação de problemas, de compromisso político, de renovação da equipa e de definição de prioridades.

Terá ainda passado um pouco ao lado do principal partido da oposição a circunstância de o debate do estado da Nação, primeiro, e de o debate da moção de censura, a seguir, terem sido provas superadas na legitimação de um Governo, que só o é por ter legitimidade democrática, institucional e eleitoral, e de confirmação da vontade de cumprir e concluir um acordo internacional, o Memorando de Entendimento, que só existe, curiosa e dolorosamente, porque o último Governo socialista o pediu.

Talvez tenha ainda acontecido ao maior partido da alternância não aproveitar a iniciativa do Sr. Presidente da República, que admitia mesmo eleições mais cedo em troca de um compromisso económico e financeiro mais largo. Ora, o que parece carecer de meditação mais aprofundada é uma perplexidade mas também uma oportunidade.

É «perplexizante» que o Partido Socialista, porventura obnubilado com a proximidade das eleições autárquicas, não tenha compreendido que a verdadeira alternativa a este Governo seria um segundo resgate, quase de certeza piorando as condições de Portugal e estendendo a dependência da troica.

Vozes do PS: — Então, por que é que se demitiu?

O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro:** — É mesmo dificilmente explicável que o PS, podendo até receber as eleições como ganho de causa, estivesse tão indisponível para compromissos elaborados com o seu contributo, que sabe de cor e salteado serem indispensáveis para chegarmos a 2014 finalizando o protetorado e afixando a nossa credibilidade como País.

Dito isto, a abertura, com esta moção de confiança, de um novo ciclo político é também uma oportunidade para o diálogo partidário.

Perguntamos ao maior partido da oposição o seguinte: se não vai haver eleições antecipadas,...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Vamos ver!...

O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro:** — ... se quando puderam obter eleições antecipadas não estiveram disponíveis para os compromissos e se, em qualquer caso, eleições antecipadas gerariam um segundo resgate, mais difícil de gerir por quem se propõe governar, será credível assentar, a partir daqui, toda uma estratégia política na mera exigência de eleições como resposta a qualquer problema? Ou será mais útil ao País e aos cidadãos evoluir para uma estratégia de resolução dos problemas a partir de uma lógica de negociação seletiva e exigente das grandes políticas públicas, dando o contributo indispensável da esquerda democrática para superar o protetorado, garantir a responsabilidade financeira, aumentar a eficiência da economia e proteger a coesão social?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Naturalmente, o líder do Partido Socialista saberá muito melhor do que quem discursa, mas parece-me inescapável que há no País uma concordância sensata sobre a necessidade de os três partidos do arco da governabilidade dialogarem mais, negociarem mais e pactuarem mais.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — O arco da velha política!

O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro:** — Nada disso se confunde com a eliminação das diferenças entre o Governo e a oposição; ambos, Governo e oposição, são indispensáveis à vida democrática.

A Sr.^a **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, além do princípio da estabilidade, deixando a precipitação das eleições no sossego da normalidade constitucional, perpassa por este debate um outro conceito que é chave para o nosso futuro: o equilíbrio necessário entre a consolidação das finanças, sem a qual Portugal não terá um regresso provável aos mercados, e o fomento da economia, condição básica para reduzir a fratura social do desemprego.

Há sinais ténues a que devemos dar uma atenção específica. A mera possibilidade de Portugal ter interrompido, no segundo trimestre, quase 1000 dias de recessão, que são também 1000 dias de dor, alguns indicadores que podem tornar-se promissores se ganharem espessura — como a produção industrial, que recupera, o consumo alimentar, que melhorou, ou o turismo, que acelera —, a hercúlea resiliência das exportações, que estão a ultrapassar este ano o melhor ano de sempre,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — As eleições que se aproximam!...

O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro**: — ... até a circunstância de estarem a nascer mais empresas do que aquelas que deixam de existir, são sinais ténues, repito, de que algo pode estar a mudar no ciclo económico em Portugal.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Parece o Sócrates a falar!

O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro**: — Esses indicadores ainda não resolvem o drama de quem tem fome; não resolvem ainda o sofrimento de quem não consegue pagar as contas familiares; não resolvem ainda o desalento de quem continuamente procura a dignidade do trabalho e só encontra uma prolongada exclusão. Mas todos sabemos que só há crescimento com investimento baseado na confiança, e que só há emprego baseado no investimento. A nossa obrigação é olhar para aqueles sinais com esperança e procurar, na reduzida margem de manobra do nosso País, protegê-los.

Neste plano, tão importantes são os sinais que damos, para dentro e para fora, sobre a importância de reduzir a despesa como os sinais que damos, igualmente para dentro e para fora, de que não queremos perder a oportunidade de um ciclo económico mais positivo. Aliás, há uma relação direta entre os dois fenómenos: uma despesa elevada obriga, como os portugueses dolorosamente sabem, a uma carga fiscal elevada; uma despesa mais contida abre caminho a uma carga fiscal mais contida.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro**: — Sobretudo quero sublinhar neste ponto a enorme importância de uma redução faseada do IRC. Quando um investidor, nacional ou estrangeiro, observa as razões que levam a investir, agora ou mais tarde, no nosso País ou noutro lugar do mundo, a fiscalidade sobre as empresas não é tudo mas é essencial. Ora, nesta matéria, Portugal não está na linha da frente dos países competitivos, mas pode vir a estar se a reforma do IRC for aprovada em ambiente de consenso alargado.

Não podemos, de um dia para o outro, baixar em mais de 10 pontos percentuais o IRC, mas se o fizermos faseadamente nos próximos cinco anos o efeito de previsibilidade e estabilidade fiscais, não sendo igual, será aproximado. Registámos, nesta matéria, as palavras do Secretário-Geral do Partido Socialista.

Esta reforma modera a carga fiscal sobre o investimento; simplifica a vida das empresas e reduz os custos de contexto; e retém capitais em Portugal, o que não é coisa menor. Não evitaremos nenhum esforço para adaptar esta reforma a uma maioria alargada nesta Câmara.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — É um casamenteiro!

O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro**: — Sublinho ainda a questão determinante da aceleração das decisões de investimento.

A demora com que a Administração responde aos investidores, seja a administração central seja a administração local, o labirinto dos conflitos entre os pareceres de uns e os pareceres de outros, que tantas vezes tornam a posição do Estado ilegível ou simplesmente adversa da geração de riqueza, a frequência com

que os processos como que adormecem nos serviços, o costume de não decidir a tempo, ignorando que tempo é dinheiro, ou a proliferação regulamentar e procedimental são fatores que atrasam o investimento e desanimam o investidor,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Quando despedirem mais funcionários vai ser mais rápido!...

O Sr. **Vice-Primeiro-Ministro**: — ... acabando por fazer um enorme favor a outros países que se esforçam bastante por responder com nitidez e celeridade a quem simplesmente quer investir e criar emprego.

Todos os que já exerceram responsabilidades de Governo se depararam com o desespero de projetos de investimento que precisam apenas de um sim ou de um não, mas que se arrastam 3, 5, 7, 10 ou até 15 anos no «complicómetro» do Estado.

Como se verá em breve, o Governo disporá de um mecanismo de aceleração das decisões de investimento, concreto, projeto a projeto, para beneficiar a economia do País e a criação de emprego em Portugal. O investidor deve ser tratado como um cliente e o Estado deve cumprir a sua parte com legalidade e sentido de diligência.

Sublinho, enfim, Sr.^a Presidente, a valorização dos acordos sociais no processo de ajustamento e para além dele. Muitos, nesta Casa, partilham a admiração pelo modelo de negociação social e de partilha de responsabilidades entre empregadores e trabalhadores que fez a prosperidade da Europa na segunda metade do século XX e que ainda fará toda a diferença dos europeus no tempo da globalização.

Se fomos capazes, como País, de atravessar um ciclo duro e prolongado de recessão mantendo o espírito da concertação social vivo e consequente, por maioria de razão devemos ser capazes de valorizar a concertação social na transição para um ciclo económico em que os constrangimentos não desaparecem mas em que podem confirmar-se os ténues frutos do crescimento que atrás mencionei.

Pedir ajuda aos parceiros sociais para concluirmos o período de ajustamento económico e financeiro, definir uma agenda de futuro, que tanto alicerça o esforço de consolidação em princípios de equidade e solidariedade como abre a nossa economia a princípios de concorrência e competitividade, saber ouvir e contar com os parceiros sociais, eis outra nota distintiva do que pode ser, e deve ser, a capacidade portuguesa de superar uma crise financeira sem precedentes e de superar, como sempre superámos historicamente, uma crise da soberania nacional e na soberania nacional, que estamos, pelo menos parcialmente, a menos de um ano de procurar recuperar.

Esse espírito, o espírito de uma só Nação, independentemente das diferenças legítimas, é a marca de água dos Estados que se fizeram respeitados no mundo. E será a marca de Portugal para superar esta crise.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, está concluído o debate. Vamos passar à fase de votação. Antes de mais, vamos proceder à verificação de quórum, utilizando o sistema eletrónico.

Pausa.

O quadro eletrónico regista 222 presenças, às quais se acrescentam 2, dos Deputados Bruno Vitorino, do PSD, e José Luís Ferreira, de Os Verdes, perfazendo 224 Deputados, pelo que temos quórum para proceder às votações.

Vamos, então, proceder à votação da moção de confiança n.º 1/XII (2.ª) — Ao XIX Governo Constitucional.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

Está concluída a ordem do dia. Desejo a todos muito boa tarde.

Os meus cumprimentos ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Membros do Governo.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 54 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.